

Acção Socialista



N.º 1330 17 Junho 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Europeias 2009

RESULTADOS

PSD	31,71%
PS	26,58%
BE	10,73%
CDU	10,66%
CDS-PP	8,37%
Branco	4,63%
Nulos	2,00%
Abstenção	63,22%

PS elege 7 eurodeputados



Parlamento
Chumbada
moção de censura
ao Governo



AUTÁRQUICAS 2009

Entrevista a Carlos Lopes,
candidato à Câmara

“Vai valer
a pena
viver em
Figueiró dos
Vinhos”



Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa, Ana Couto
e Pedro Farmhouse, Paula
Nobre de Deus, João Sequeira,
Agostinho Gonçalves, Luís
Miguel Ferreira, Arnaldo Frade,
Carlos Zorrinho

Fórum

Novas
Fronteiras



2009 • 2013

Sábado, 20 de Junho de 2009
15:30h

SALA TEJO
Parque das Nações
Lisboa

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Este privilégio [a imunidade] opera a partir do momento em que a candidatura se torna efectiva, a partir do momento em que se adquire a qualidade de candidato

AUTÁRQUICAS 2009 UM PRIVILÉGIO ESPECIAL

OS CANDIDATOS aos órgãos das autarquias locais, seja à Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal, seja à Assembleia de Freguesia, gozam de um privilégio especial, quando cobertos por essa sua condição de candidatos.

Trata-se da imunidade penal que a lei eleitoral lhes confere.

Esta imunidade consiste numa defesa especial que cobre todo e qualquer candidato, em qualquer lista, em qualquer posição, efectivo ou suplente.

Este privilégio opera a partir do momento em que a candidatura se torna efectiva, a partir do momento em que se adquire a qualidade de candidato.

Será, portanto, após a aceitação definitiva da candidatura, esgotadas que estejam todas as possibilidades de impugnação e de rejeição do candidato.

Desde logo, este regime de imunidade põe os candidatos a coberto da prisão.

Uma pessoa, a partir do momento em que é candidato, não pode ser presa, em princípio.

Há no entanto uma excepção. Se o acto praticado puder ser classificado como um crime de especial gravidade.

São três as condições que se têm de reunir para que se considere que há uma grande gravidade e para que, em consequência, aquela regra de imunidade possa ser precludida.

É necessário que a prisão se dê logo em flagrante delito (não em lugar e tempo diferentes daqueles em que o acto tenha sido praticado), é necessário que se trate de um acto doloso (com propósito e não apenas por negligência), e é necessário que o crime, que é apontado à pessoa do candidato, seja sancionável com pena de prisão e que esta possa ser, no seu limite máximo, previsto na lei, superior a três anos de cadeia (o que só existe para condutas muito censuráveis e de gravidade acentuada).

Se estas condições todas não estiverem reunidas, então o candidato – seja o que for que tenha feito – não pode ser sujeito a prisão preventiva. Tem a sua liberdade garantida pela lei eleitoral.

É claro que, havendo a notícia de um crime, as autoridades competentes abrirão o respectivo processo contra o candidato, seja esse crime de gravidade grande ou pequena.

Pode também suceder que já venha a decorrer, anteriormente ao processo eleitoral, um processo penal contra a pessoa do, agora, candidato.

Nestes casos a imunidade funciona também para impedir que essa pessoa seja julgada durante o período eleitoral, enquanto estiver na condição de candidato.

O processo fica suspenso e só pode prosseguir, para a fase de julgamento, depois da proclamação do resultado das eleições. Mesmo que se trate de um crime grave.

Estas normas têm razão de ser para garantir a liberdade dos candidatos, para os pôr a coberto de processos mal intencionados que visem obter efeitos políticos usando os tribunais, e para dar garantias de dignidade à campanha e à eleição.

Sócrates considera abuso transformar eleições europeias em legislativas

É UM “um abuso” que os partidos queiram “transformar as eleições europeias em legislativas” ao considerarem que o Governo perdeu legitimidade na sequência dos resultados do sufrágio de 7 de Junho, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, à margem da sessão solene das cerimónias do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Santarém.

Sócrates reiterou que “a legitimidade de um Governo é adquirida no momento das eleições e a legislatura terminará na altura das eleições legislativas”.

“Eu acho isso muito contrário àquilo que são as normas constitucionais e democráticas. Nunca nenhuma oposição reclamou depois de eleições autárquicas ou europeias que o Governo perde legitimidade. Eu não aceito isso”, disse, adiantando que o país “precisa de um Governo actuante”.

E sustentou que “aqueles que querem transformar as europeias em legislativas enganam-se”, já que, frisou, “nestas eleições não perguntaram aos portugueses acerca do Governo e do futuro, essa pergunta será feita nas próximas eleições legislativas. É um pouco cedo, é um abuso que os partidos queiram transformar as eleições europeias em legislativas. Essa pergunta virá e nessa altura ver-se-á o que é que os portugueses querem”.

Sócrates considerou ainda que, para enfrentar a crise mundial, o Governo “tem de ter todos os poderes” para responder aos problemas do país.

“Era o que faltava que o Governo agora ficasse diminuído. Não. Esta legislatura termina na altura das legislativas e até lá o governo mantém toda a capacidade, toda a legitimidade para



tomar as decisões no sentido de cumprir o seu programa”, realçou.

Na ocasião, Sócrates rejeitou liminarmente que o Presidente da República, Cavaco Silva, tenha defendido, no seu discurso nas comemorações, que o Go-

verno perdeu legitimidade, devido aos resultados alcançados nas europeias. “O Presidente da República não é o portavo da oposição, bem pelo contrário, e ainda por cima no dia 10 de Junho”, disse o primeiro-ministro.

Utentes satisfeitos com Unidades de Saúde Familiar

OITENTA e sete por cento dos utentes recomendaria a sua Unidades de Saúde Familiar a um amigo ou familiar, revela um estudo elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra.

O estudo sobre “Monitorização da Satisfação dos Utilizadores das Unidades de Saúde Familiar”, apresentado pela ministra da Saúde, Ana Jorge, mostra que 44,5% dos inquiridos estão bastante satisfeitos, 39% estão muito satisfeitos, 13,4% satisfeitos e apenas 3,1% estão nada satisfeitos.

Na cerimónia de apresentação do documento, Ana Jorge salientou a importância da satisfação dos utentes com as Unidades de Saúde Familiar, considerando que estes dados são também a prova de que “o Serviço Público de Saúde segue no sentido certo, no sentido da pessoa, que se



pretende que seja o centro do Serviço Nacional de Saúde”.

“Sentimos que valeu a pena inovar, agilizar, reduzir a burocracia e apos-

tar na humanização dos serviços”, disse, realçando a necessidade de reflectir sobre os resultados “para que os próximos sejam melhores”.

Consenso na criação de 5 cidades e 22 vilas

A ASSEMBLEIA da República aprovou, por unanimidade, no dia 12, um conjunto de iniciativas, que permitiram a criação de cinco novas cidades e a elevação de 22 povoações à categoria de vila.

Borba, no distrito de Évora; Senhora da Hora, no município de Matosinhos, distrito do Porto; Samora Correia, município de Benavente, distrito de Santarém; Valença, no distrito de Viana do Castelo; e São Pedro do Sul, no distrito de Viseu, são as cinco novas cidades, que resultam da apresentação de 12 iniciativas legislativas, quatro delas do Grupo Parlamentar do PS.

Já as novas vilas, que surgem na sequência da apresentação de 28 projectos-lei, metade dos quais de iniciativa socialista, distribuem-se geograficamente, por dez distritos: Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real.

Em Aveiro, foram elevadas à categoria de vila, Soza, no município de Vagos, e Valongo do Vouga, no município de Águeda. Em Braga, município de Fafe, foi Arões de São Romão quem passou a vila. Já em Coimbra, foram quatro as povoações elevadas, todas no município da Figueira da Foz: São Pedro, Marinha das Ondas, Lavos e Tavadede. Em Faro, no Algarve, foi Bensafirim, no município de Lagos, que passou a vila.

O Parlamento aprovou também a elevação a vila das povoações de Foz do Arelho e Á-dos-Francos, ambas no município de Caldas da Rainha, distrito de Leiria.

Nos distritos de Lisboa e do Porto, verificaram-se oito elevações: Prior Velho, no município de Loures, Casal de Cambra e Montelavar, ambas no município de Sintra; Ancede, no município do Baião, Guifões, no município de Matosinhos, Vilarinho, no município de Santo Tirso, Senhora da Aparecida, no município de Louxada e Madalena, no município de Vila Nova de Gaia. No distrito de Santarém, Olival, no município de Ourém, passou também a vila.

Já em Viana do Castelo, foram elevadas a vila as povoações de Castro Laboreiro, no município de Melgaço; e Soajo, no município de Arcos de Valdevez; enquanto em Vila Real, foi a povoação de Lordelo que passou à categoria de vila.

A aprovação destas iniciativas legislativas surge na sequência de um processo conduzido pela Subcomissão para a Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades, que integra os deputados do PS Ana Couto e Pedro Farmhouse, a funcionar no âmbito da Comissão Parlamentar do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território.

Graças ao consenso que se logrou alcançar entre os representantes de todas as bancadas parlamentares, foi possível constituir um “pacote autárquico”, que fez subir a plenário, embora sem discussão na generalidade, todas as propostas de elevação que tinham sido apresentadas desde o início da legislatura, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade

na votação final global.

De fora, ficaram, por agora, as propostas de criação, modificação ou fixação de limites de autarquias locais – municípios e freguesias.

Recorde-se que o regime de designação e determinação da categoria das povoações foi definido pela Lei n.º 11/82, de 2 de Junho, que determina que, salvo “importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica”, uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade “quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000» e «uma povoação só pode ser elevada à categoria de vila quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000».

Constitui, ainda, requisito para a elevação, a existência de, pelo menos, metade de um conjunto de equipamentos. No caso das cidades, instalações hospitalares, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espectáculos, museu e biblioteca, instalações hoteleiras, estabelecimentos de ensino e infantários, transportes públicos e parques ou jardins.

Já para ser elevada a vila uma localidade tem de ter posto de assistência médica, farmácia, colectividades, transportes públicos, estação dos correios, estabelecimentos comerciais e de hotelaria, estabelecimentos de ensino e agência bancária.

Para conclusão do processo, falta agora a promulgação pelo Presidente da República e a publicação em “Diário da República”.

OPINIÃO



ANA COUTO
PEDRO FARMHOUSE
Deputados à Assembleia da República, Membros da Subcomissão para a Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades

É neste quadro de partilha entre eleitos e eleitores, que saudamos todos os autarcas e cada uma das povoações das novas cidades e vilas

NOVAS CATEGORIAS, NOVOS DESAFIOS PARA ELEITOS E ELEITORES

PORTUGAL vai ter novas cidades e novas vilas, após publicação, em “Diário da República”, de um pacote autárquico, que foi aprovado pela Assembleia da República.

Todos os projectos-leis, independentemente do mérito e das forças políticas que os subscreveram, foram aprovados por unanimidade, no quadro de um amplo consenso construído na diversidade de propostas e na pluralidade de iniciativas, apreciadas na Subcomissão para a Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades.

O nosso voto favorável assenta, também, na profunda convicção de que as propostas traduzem legítimas aspirações das populações em causa.

Em democracia, cabe aos poderes públicos, e designadamente à Assembleia da República, uma atenção continuada às expectativas e anseios das populações.

É, por isso, de realçar, a convergência das bancadas parlamentares, na apreciação destas expectativas e no reconhecimento do trabalho dos autarcas envolvidos nos processos de elevação.

Tratando-se de unidades básicas de agregação populacional, numa época ainda moldada pela dupla deslocação do interior para o litoral e do mundo rural para o urbano, é necessária clarividência no reconhecimento formal das unidades populacionais, configuráveis por consciências identitárias culturais e históricas, que permitam uma gestão administrativa do território, ao serviço da eficácia governativa.

Com efeito, e como a lei tão bem determina, no Parlamento mais não se fez do que reconhecer formalmente as realidades e as dinâmicas de crescimento e de progresso, resultantes da resposta aos problemas vividos localmente, por conjugação do esforço das populações e dos autarcas, a par da afirmação de identidades culturais, histórica e sociologicamente fecundas.

Saliente-se que o poder local tem sido um dos pilares fundamentais da construção do processo democrático, que se iniciou com o momento histórico da Revolução de Abril e a aprovação da Lei Fundamental.

E esta democracia de proximidade, protagonizada pelos eleitos locais, ao longo de mais de três décadas, muito tem contribuído para o desenvolvimento da democracia, “latu sensu”.

Os milhares de homens e mulheres que dão o seu melhor nas autarquias têm desempenhado um papel fundamental na modernização e no desenvolvimento do país, na promoção e na projecção dos agentes locais, no incremento da qualidade de vida das suas terras e das suas gentes.

Mas se é certo que a decisão parlamentar de criar novas vilas e cidades tem uma parte de reconhecimento das dinâmicas actuais, ela não esgota um dos desafios que enfrentam a governabilidade e o poder autárquico, neste ciclo de grandes alterações à escala global, como é a necessidade de se encontrarem novos critérios de determinação das categorias e um modelo de organização administrativa, que se ajuste melhor, não só às novas realidades dos agregados populacionais, mas também à dimensão e características dos principais problemas que condicionam a qualidade de vida e o bem-estar das populações.

É um imperativo nacional, que se coloca, com maior acuidade, nas áreas de crescimento metropolitano, e desafios como este confrontar-nos-ão, seguramente, num futuro muito próximo.

Mas há outros desafios a vencer, pois se as elevações radicam num reconhecimento do passado e numa dinâmica de presente, elas encerram, também, uma dimensão de construção do futuro, cuja responsabilidade deve ser partilhada.

É, pois, neste quadro de partilha entre eleitos e eleitores, que saudamos todos os autarcas e cada uma das populações das novas cidades e vilas, porquanto são aquelas e estes os principais obreiros das categorias agora alcançadas.

E sendo nós eleitos por Lisboa, salientamos as elevações de Prior Velho, em Loures, e de Casal de Cambra e Montelavar, em Sintra, com o anseio de que o patamar de reconhecimento contribua para uma maior afirmação destas comunidades, mas também para um significativo aumento de participação cidadã na definição do seu futuro colectivo.



OPINIÃO



PAULA NOBRE
DE DEUS
Deputada do PS

Estas eleições são uma oportunidade para o Governo repensar a rota, abrir novas perspectivas e manter o rumo de Portugal no sentido do desenvolvimento social e económico

PORQUE NAVEGAR É PRECISO, MESMO NA TORMENTA

NO RESCALDO das eleições para o Parlamento Europeu é preciso continuar a navegar e acima de tudo manter o norte. É fundamental observar os ventos, repensar a rota e governar.

Os resultados das eleições europeias suscitam-nos algumas interrogações. Numa primeira abordagem sobre o valor da democracia e a governação dos povos e numa leitura mais objectiva sobre a situação de Portugal.

O direito a votar foi difícil de conquistar. Os regimes democráticos vivem da participação de todos por isso considero legítimo que nos interroguemos sobre o direito à abstenção: será que os abstencionistas pensam que ao demitirem-se de fazer escolhas estão a contribuir para um mundo melhor? Na realidade não foram os 61,25% de abstenção, nas eleições europeias de 2004, que contribuíram para uma Europa mais forte, tal como não serão os 63,22% de abstenção em 2009.

Quanto à governação na Europa, registo com preocupação o reforço dos partidos de direita, como é o caso do Partido Popular Europeu, e tudo aquilo que representam. Nos momentos de crise e de maior incerteza é normal emergir com mais força a necessidade de segurança e ganharem mais adeptos os discursos justiceiros e radicais contra a imigração e tudo o que seja um factor de aparente instabilidade. Mas curiosamente quem proclama a segurança também defende o liberalismo, a lei da sobrevivência do mais forte e do paternalismo sobre o mais fraco.

Por isso, quem é a favor de uma nova ética económica e social, de uma regulação dos mercados diferente da que conduziu à crise, deve ficar apreensivo com o reforço do Partido Popular Europeu, onde se inscreve o PSD e o CDS. Assim, questiono-me se não temos sérios motivos para temer o enfraquecimento do modelo social europeu. Por outro lado, é no mínimo insólito acreditarmos que vão ser os partidos políticos que são contra a construção europeia, concretamente o BE e o PCP, que vão contribuir para que a Europa tenha uma voz mais forte e afirmativa no mundo.

Em relação a Portugal vou continuar a escrever sobre as medidas do Governo com a mesma tranquilidade porque acredito que temos tido boas medidas e que o seu impacto é positivo. Eu compreendo que nem sempre seja fácil distanciarmo-nos da nossa situação particular para vermos o que mudou à nossa volta mas é um exercício que devíamos aproveitar para fazer.

Desde o início da governação Socialista que a nossa situação vinha a evoluir muito positivamente na generalidade das áreas e a crise internacional veio inflectir essa tendência. Mas isso não obsta que Portugal tenha hoje mais e melhores respostas públicas em diferentes áreas desde a saúde, à educação, à protecção social e também ao nível da estabilidade das finanças públicas, das energias e das novas tecnologias.

A crise veio abalar a confiança das pessoas e há situações complicadas de resolver, mas isso exige estabilidade para que se continue a governar com rumo, não é momento para experimentações. Assim, estas eleições são uma oportunidade para o Governo repensar a rota, abrir novas perspectivas e manter o rumo de Portugal no sentido do desenvolvimento social e económico.

EUROPEIAS 2009

Fragmentação partidária põe em causa governabilidade



Reconhecendo que o resultado das europeias foi “decepcionante”, o secretário-geral do PS, José Sócrates, garantiu que o Governo irá manter o rumo e empenhar-se ainda mais no combate à crise. Por sua vez, Vital Moreira alertou para o problema da “fragmentação” partidária que coloca em causa a governabilidade do país.

O PS aguardará com “serenidade o momento em que os portugueses se pronunciarão sobre a governabilidade do país”, afirmou o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, depois de conhecidos os resultados das recentes eleições europeias.

José Sócrates falava após assumir o revés eleitoral de 7 de Junho, ocasião em que admitiu que o sufrágio para o Parlamento Europeu “tem sempre uma componente nacional”.

“Mas o momento para avaliar o Governo é dentro de alguns meses e nessa altura cá estaremos”, reafirmou, numa ocasião em que fez questão de lembrar que o Executivo tem pela frente “a missão exigente de combater a crise”.

Quanto à hipótese levantada pelos jornalistas de remodelação governamental em face do resultado das europeias, o primeiro-ministro afastou esse cenário.

“Não está no meu género adaptar a governação àquilo que são as facilidades ou dificuldades do momento. Este Governo teve desde sempre uma governação muito exigente nos últimos quatro anos. O que vamos fazer é manter o rumo e empenharmo-nos mais no combate à crise”, venceu.

Depois, descrevendo o resultado das europeias como “decepcionante”, reconheceu que “sempre que o PS é derrotado o secretário-geral do PS também é derrotado”.

“Mas já tive muitas derrotas e

muitas vitórias e cá estou para as assumir”, declarou, recebendo uma prolongada salva de palmas.

Antes, considerou que o resultado obtido nas europeias torna mais “exigente” e “difícil” a tarefa das eleições legislativas, embora se mantenha convicto de que o ânimo dos socialistas será agora reforçado “para uma preparação vitoriosa”.

Na declaração que fez à Comunicação Social, José Sócrates começou por saudar todos os eurodeputados eleitos e a vitória do PSD.

“Quero assumir com frontalidade a responsabilidade política por estes resultados do PS. Estas eleições foram disputadas em condições muito difíceis para o PS e não são bons para o partido, mas são resultados para o Parlamento Europeu”.

Mas, garantiu, “estes resultados em nada diminuem a determinação do PS para estar à altura das suas responsabilidades na governação do país”.

José Sócrates deixou ainda uma palavra de elogio ao cabeça-de-lista do PS nestas eleições europeias, Vital Moreira, “pela forma como assumiu este projecto desde a primeira hora”.

Coube a Vital Moreira a sempre difícil tarefa de assumir pessoalmente a derrota, alertando, no entanto, para o facto de os resultados das europeias revelarem uma “fragmentação” partidária que coloca em causa a governabilidade do país.

“Como cabeça-de-lista do PS assumo pessoalmente a responsabilidade

pessoal desta derrota. Se alguém individualmente é responsável por este resultado, esse alguém obviamente sou eu”, afirmou o constitucionalista da Universidade de Coimbra.

Reconhecendo que o PS perdeu as eleições, “claramente ganhas pelo PSD”, Vital Moreira apontou “três aspectos não positivos” do escrutínio de 7 de Junho: a elevada taxa de abstenção; a elevada votação da esquerda antieuropeísta, num momento em que precisamos de mais Europa; e a redução dos resultados cumulativos do PS e do PSD”.

Para Vital Moreira, estes resultados, mostram “o aumento da fragmentação partidária em Portugal”, o que, na sua opinião, faz “recear pela governabilidade do país no futuro”.

No seu breve discurso, fez ainda questão de sublinhar que “os eurodeputados socialistas não vacilarão no seu compromisso com a construção europeia e com a defesa dos interesses específicos na União Europeia”.

Já o secretário nacional do PS para a Organização, Vieira da Silva, afirmou que o nosso partido foi “penalizado” nas eleições europeias, mas fez questão de as separar das legislativas, sublinhando que o Governo não terá de mudar de estratégia.

“O PS já reconheceu que estes resultados estão longe das expectativas que tinha para as eleições europeias. Mas não creio, quando estamos a falar de legislativas, que tenhamos de proceder a uma alteração da nossa estratégia política, porque corresponde ao que Portugal precisa face à crise que estamos a viver”, disse.

O PS elegeu, com 26,6% dos votos sufragados nas eleições de 7 de Junho, sete eurodeputados: Vital Moreira, Edite Estrela, Capoulas Santos, Elisa Ferreira, Correia de Campos, Luís Paulo Alves e Ana Gomes. M.R./J.C.C.B

Atletas olímpicos com apoios formalizados



“ESTE CONTRATO visa assegurar um quadro estável de financiamento, que permite aos técnicos e aos atletas estabilidade para preparar o seu trabalho. Este é o modelo certo”, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na cerimónia de assinatura do Contrato-Programa de Preparação Olímpica para Londres 2012 e Jogos Olímpicos de 2016.

O Contrato-Programa Plurianual, no valor global de 14,6 milhões de euros, visa assegurar a optimização das condições de preparação olímpica dos atletas para o todo o ciclo olímpico.

Simultaneamente, o contrato inclui o Projecto Esperanças Olímpicas, destinado a garantir as condições de preparação desportiva aos praticantes com especial talento que apresentem expectativas de virem a poder estar presentes nos Jogos Olímpicos de 2016.

Na cerimónia, o ministro da Presidência, que se encontrava acompanhado pelo secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias, salientou a importância do contrato para o Comité Olímpico de Portugal, para as federações desportivas, para os atletas e para os treinadores.

“A existência destes contratos plurianuais para um horizonte de futuro é a chave para podermos alcançar melhores resultados”, sublinhou Pedro Silva Pereira.

Este contrato, acrescentou, “rompe com a tradição muito portuguesa do improvisado. Celebramos esta etapa com a confiança de quem honrou os seus compromissos”.

Durante a cerimónia, o ministro da Presidência anunciou, ainda, que o Governo decidiu proceder a um aumento de 10% no valor das bolsas dos atletas e de 5% nas bolsas dos treinadores.

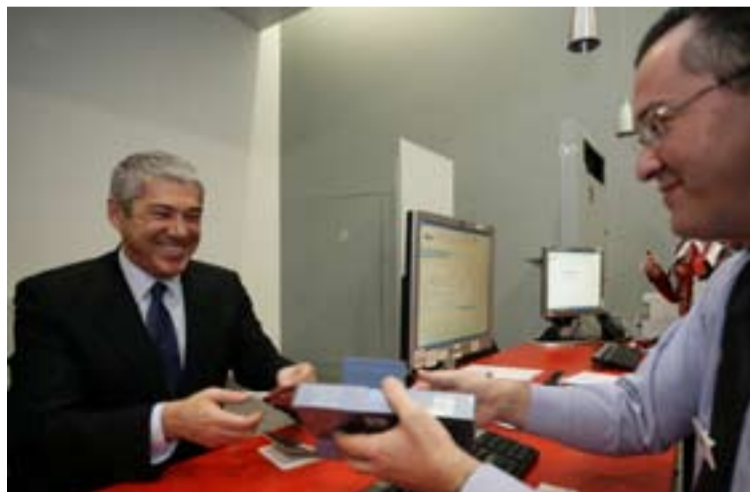
Mais 21 balcões únicos no distrito de Leiria

O DISTRITO de Leiria vai ter mais 21 balcões únicos para os serviços Casa Pronta, Documento Único Automóvel, Heranças, e Divórcio e Partilhas. O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça, Alberto Costa, na cerimónia que assinalou a entrada em funcionamento no concelho da Nazaré do serviço Casa Pronta.

Para Alberto Costa, com este posto de atendimento, “Nazaré inscreve-se num roteiro de simplificação da vida dos cidadãos, que é um roteiro fundamental da nossa modernidade”, defendendo que a população “tem o direito a ter perto de si um serviço de grande importância para facilitar as suas vidas”.

O ministro da Justiça salientou que, “em anos não muito distantes, as exigências e os embaraços da burocracia” constituíam uma “uma enorme complicação”.

Segundo Alberto Costa, com este balcão o distrito de Leiria “fica melhor apetrechado para



continuar a registar boas marcas no domínio da simplificação e da eliminação de formalidades que tanto lesam os cidadãos”.

O ministro da Justiça recordou que, nesta legislatura, no distrito de Leiria, foram constituídas 3340 empresas na hora, obtidos 123.123 documentos único automóvel, 3750 crianças foram registadas nos

hospitais e 3070 pessoas adquiriram casas ou fizeram transacções através do Casa Pronta.

Segundo o Ministério da Justiça, já foram realizados mais de 32.700 procedimentos através do Casa Pronta, sendo que, este ano, até 29 de Maio, efectuaram-se mais procedimentos, 18.038, que na totalidade do ano passado, 13.873.

OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão
Nacional do PS

Nestes quatro anos as federações desportivas receberam da Administração Pública 160 milhões de euros, o que representa de 2005 para 2009 um aumento de 12%, nos montantes anuais recebidos

QUATRO ANOS DE MUDANÇA NO DESPORTO NACIONAL (2)

NA ANÁLISE global da política do governo na área do desporto que fizemos em Abril, foram abordados os eixos fundamentais da acção governativa, procurando fazer um sucinto balanço sobre cada um. Assim, analisámos a adopção de um novo rumo para o desporto nacional, a assunção da centralidade política do desporto, as reformas introduzidas no ordenamento jurídico desportivo, as diversas Medidas que corporizam a visão inclusiva, integrada e multi-factorial do novo modelo desenvolvimento e a estabilidade orçamental e sustentabilidade financeira do sistema desportivo.

O presente escrito pretende tratar de forma mais aprofundada este último eixo. Como é sabido, em 2005 a situação da Administração Pública Desportiva era de ruptura financeira. Consequentemente, a viabilidade do financiamento ao sistema desportivo estava em perigo. Perante esta herança (e num contexto extremamente complexo) o Governo tinha de, rapidamente, implementar uma política de rigor orçamental e alterar o modelo de financiamento. E foi o que fez!

Para além das medidas de contenção da despesa na estrutura da Administração Pública Desportiva, cumpre realçar a importância decisiva que a alteração da fórmula de distribuição das receitas dos Jogos Sociais, através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março de 2006, teve no financiamento do desporto. Assim, através da conjugação de medidas de rigor e transparência e de alterações no modelo, adoptadas desde o início do mandato, foram criadas as bases para assegurar a estabilidade orçamental e sustentabilidade financeira. O Estado, ao contrário do que se tinha passado até então, passou a assegurar com fiabilidade e pontualidade o pagamento dos montantes contratualizados, inaugurando um novo ciclo de relacionamento com o movimento associativo baseado no respeito, na confiança e na credibilidade. Nestes quatro anos as federações desportivas receberam da Administração Pública 160 milhões de euros, o que representa de 2005 para 2009 um aumento de 12%, nos montantes anuais recebidos. Os compromissos assumidos com o Comité Olímpico de Portugal (COP), relativos ao programa de preparação dos Jogos de Pequim 2008, foram cumpridos na íntegra, envolvendo um esforço orçamental de cerca de 14 milhões de euros.

Foram ainda tomadas decisões há muito reclamadas por todos os agentes desportivos e que têm implicações decisivas no desenvolvimento da actividade dos atletas, dos treinadores, dos árbitros/juízes, das federações e dos clubes. É o caso das decisões de isenção do IRS para as bolsas atribuídas pelo Estado aos atletas e para as despesas de formação dos árbitros e juízes que fazem parte dos quadros distritais e dos Despachos governamentais relativos aos duodécimos das federações desportivas e à concessão de bolsas aos praticantes que atingiram os objectivos do programa de preparação olímpica. Para além deste conjunto integrado de decisões, o Governo assinou recentemente com o COP o contrato-programa de preparação olímpica Londres 2012 e esperanças olímpicas 2016. Este contrato prevê um reforço global do investimento de 4,3% e de mais de 10% nas bolsas dos atletas e treinadores. Perante este quadro e tendo presente a execução da Medida 6 - Centros de Alto Rendimento, um dos responsáveis máximos do movimento associativo desportivo afirmou que “as condições de preparação são as melhores de sempre no desporto em Portugal”.

O caminho percorrido, ao longo deste mandato, não foi fácil, nem isento dos chamados “acidentes de percurso”. Foram necessárias medidas duras de execução de uma política de rigor orçamental, a adopção de uma cultura de exigência e responsabilização na gestão dos “dinheiros públicos” e um compromisso sem reservas com o programa do governo. Só assim foi possível recuperar a saúde financeira e a credibilidade da Administração Pública Desportiva, conseguindo, ao mesmo tempo, quatro anos de crescimento sustentado do investimento no sistema desportivo.

OPINIÃO


AGOSTINHO GONÇALVES
Deputado do PS

UM PASSO EM FRENTE

NA PASSADA sexta-feira 09/05/29 a Assembleia da República votou finalmente a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas, conhecida pela LOBOFA e o Regulamento de Disciplina Militar.

Estas propostas de lei foram apresentadas pelo Governo à Assembleia da República em Dezembro de 2008, e discutidas na generalidade em Janeiro do corrente ano. Importa nesta fase lembrar as intervenções dos diferentes partidos da oposição, em particular o PSD. Falaram dois deputados deste partido, com discursos opostos, enquanto um elogiou a postura dialogante do Governo e as condições criadas para quando da discussão na especiali-

Também por aqui, se vê a desorganização, a falta de liderança do PSD cada um a falar para seu lado e para lado nenhum

dade ser possível “ajustar” alguns, poucos, pontos dos articulados, o outro deputado, eleito pelo círculo da Madeira contrariou o caminho apontado pelo discurso do seu companheiro de bancada. É assim que, também por aqui, se vê a desorganização, a falta de liderança do PSD cada um a falar para seu lado e para lado nenhum.

Seguiu-se a discussão na especialidade em Comissão de Defesa Nacional, onde foi preciso esperar muitas semanas pelas propostas do PSD, enquanto o PCP e BE e o CDS em devido tempo apresentaram propostas de alteração ao articulado dos diplomas em discussão. De notar que as propostas do PCP e BE na maior parte, de cunho ideológico, contrariavam, ou até, invertiam por completo o espírito e a letra das propostas de lei.

Mas, depois de discussão de pontos de vista diferentes e aceitação de algumas propostas e rejeição de outras, fez-se a votação na especialidade com o PSD responsabilmente, a votar com o PS, bem como o CDS, tendo o PCP e o BE votado contra.

Atendendo a que esta reforma está no programa do Governo e nas GOP 2005/2009, bem como nas resoluções do Conselho de Ministros 124/2005 e 39/2008, foi sem dúvida, um grande passo na modernização das Forças Armadas, e consequentemente mais um ganho político do governo.

Nova legislação em matéria ambiental

O CONSELHO de Ministros de 5 de Maio, Dia Mundial do Ambiente, foi dedicado a assuntos ambientais, tendo sido aprovados diplomas em três domínios: águas, resíduos e conservação da natureza.

Assim, foi criado o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos destinado a financiar projectos e investimentos necessários ao melhor uso da água.

O Governo aprovou ainda o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo todo o regime jurídico num único diploma, o que permite a clarificação das regras aplicáveis, designadamente, pela sistematização dos modelos de gestão e pela uniformização das regras aplicáveis às entidades gestoras no que respeita à gestão técnica dos



serviços e ao relacionamento com os utilizadores.

Nesta reunião do Conselho de Ministros foi também alterado o regime dos serviços multimunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas

residuais e de gestão de resíduos urbanos, que, entre outros aspectos, vai permitir fixar tarifários por períodos até três anos mitigando o grau de incerteza para as câmaras municipais que usam estes sistemas.

O Governo decidiu também criar o Mercado Organizado de Resíduos, destinado a promover as trocas comerciais de resíduos, potenciando a sua valorização e reintrodução no circuito económico, diminuindo a procura de matérias-primas primárias e promovendo simbioses industriais.

Foi criado o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade para financiar projectos e investimentos necessários para a gestão e conservação da natureza em Portugal, a promoção do reconhecimento do valor económico da biodiversidade através de mecanismos de compensação de certas formas de perda de biodiversidade e o desenvolvimento de instrumentos de mercados que apoiam as políticas de conservação de biodiversidade.

Foram também aprovados novos requisitos quanto às emissões de CO2 dos veículos pesados.

Cascais e Sintra com novas estradas

O LANÇAMENTO do projecto de execução da variante à Estrada Nacional (EN) 249-4, ligando o nó da auto-estrada de Cascais (A5) e a Abrunheira (IC19), foi anunciado pelo secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos. Trata-se de uma empreitada que surge no seguimento de um conjunto de intervenções previstas pelo Ministério das Obras Públicas para a rede viária da Grande Lisboa, que visam o descongestionamento dos eixos mais sobrecarregados e consequente diminuição do tráfego.

Paulo Campos explicou, no dia 8, que a criação deste troço é uma “aspiração” que o Governo tinha “há muito tempo” e que visa o “combate à sinistralidade rodoviária e promover a coesão territorial e o desenvolvimento”.

A futura via terá uma extensão de nove quilómetros e implicará um investimento de 21 milhões de euros, surge como forma de “melhorar as acessibilidades de duas das principais radiais da zona da Grande Lisboa, beneficiando directamente os municípios de Cascais e Sintra”.



Para o secretário de Estado, “é fundamental melhorar as condições de circulação e por isso era necessário criar, na área metropolitana de Lisboa, um conjunto de itinerários alternativos”.

Com todas estas medidas, acrescentou, “modificaremos todos os movimentos na região de Lisboa, criando um conjunto de alternativas que são fundamentais para o desenvolvimento dos municípios”.

Depósitos dos clientes do BPP estão protegidos

O MINISTRO das Finanças declarou que o Governo vai retirar os activos de retorno absoluto ao Banco Privado Português (BPP) e entregá-lo a outras instituições bancárias.

Teixeira dos Santos, que falava no final da reunião do Conselho de Ministros, negou-se a revelar quais as instituições financeiras envolvidas, sublinhando que perante a actual situação “a dimensão do BPP em si não lhe confere qualquer relevância sistémica significativa”, pelo que, na opinião do Executivo, nada “justifica o envolvimento do Estado num processo de capitalização nos termos propostos”.

Quanto aos depósitos dos clientes do BPP (cerca de 200 milhões de euros), Teixeira dos Santos voltou a garantir o que vem a dizer desde há semanas, que “estão garantidos e protegidos nos termos da lei”, pelo menos, como sublinhou, “até ao limite de 100 mil euros por titular”.



O QUE É UM PRODUTO DE RETORNO ABSOLUTO?

SÃO produtos financeiros em que o Banco Privado Português (BPP) se comprometeu junto dos clientes

a garantir pelo menos o reembolso total dos montantes investidos pelos clientes, e a dar-lhes uma quota-

parte nos resultados criados pelo banco com base nos montantes angariados junto dos clientes.

O titular das Finanças acrescentou ainda que o Governo não vai pedir aos contribuintes “que se substituam ao banco nas garantias dadas aos clientes”, no que respeita ao “produto de retorno absoluto”, cobrindo as perdas dos investimentos através de garantias de capital do Estado.

Concordando que muitos clientes do BPP se possam sentir enganados pela maneira como o produto de retorno absoluto foi comercializado, uma vez que foram contratualizados como se se tratasse de depósitos a prazo e aplicações sem risco, Teixeira dos Santos anunciou que o Governo vai avançar com uma solução como o objectivo de “atenuar ou minimizar as perdas”, medida que passa por substituir os títulos actuais por títulos novos emitidos por uma instituição credível que não esteja de algum modo ligada ou relacionada com o BPP. R.S.A.

Queda do PIB desacelera

Ministro das Finanças salienta importância das medidas de combate à crise

“TEM havido sinais de desaceleração do aprofundamento da crise” e há que “registar esses sinais como um elemento de esperança, que tornam mais premente que a acção governativa seja muito focada na recuperação da economia”, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, no final do Conselho de Ministros do dia 9, ao comentar os mais recentes dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a evolução da economia portuguesa.

Segundo o INE, o PIB português diminuiu menos no primeiro trimestre de 2009 do que diminuiria nos últimos três meses de 2008. Ente Janeiro e Março, a redução foi de 1,6% quando, no trimestre anterior, havia sido de 1,8%.

Contudo, o ministro das Finanças insistiu na delicadeza da situação, afirmando que “continuamos a estar envolvidos numa neblina de incerteza muito grande em torno da forma como tudo



poderá evoluir no futuro”.

Segundo Teixeira dos Santos, “tem havido sinais ao nível in-

ternacional – e mesmo alguns a nível interno – que dão uma ideia de atenuação e desaceleração do

agravamento das condições económicas”.

“Temos de reconhecer que esses

sinais alimentam alguma esperança de estarmos porventura a chegar ao fim deste tempo de degradação das condições económicas e que mais cedo ou mais tarde poderemos entrar em recuperação. Mas mesmo isto é duvidoso sobre os termos em que essa recuperação vai processar-se”, acrescentou.

O ministro das Finanças disse ainda que, neste momento, “ninguém consegue ter certezas” sobre o modo e quanto se poderá processar a inversão da economia mundial, salientando que o mais importante é que “Portugal se encontre preparado para acompanhar o movimento de recuperação da economia internacional, que irá começar nos Estados Unidos e na Europa”.

Teixeira dos Santos reafirmou a necessidade dos investimentos públicos que estão a ser feitos para minimizar a crise, como a Iniciativa para o Investimento e o Emprego, e das “medidas de apoio à competitividade que têm sido tomadas”.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO CÓDIGO DOS REGIMES CONTRIBUTIVOS DO SISTEMA PREVIDENCIAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A ASSEMBLEIA da República debateu no passado dia 12 a proposta de lei do Governo que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Quais os objectivos do Código:

- Proceder à codificação e simplificação de toda a relação jurídica contributiva do sistema previdencial de segurança social;
- Garantir o emprego e a estabilidade da relação jurídica de emprego e combater a precariedade
- Garantir a protecção social dos beneficiários e adequar os custos à protecção social garantida;
- Reforçar as medidas de combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional.

Proceder à codificação e simplificação de toda a relação jurídica contributiva do sistema previdencial de segurança social

Com este Código procede-se à regulação de toda a relação jurídica contributiva do sistema previdencial de segurança social.

Trata-se da primeira sistematização na história da segurança social dos actos normativos que regulam toda a relação jurídica contributiva entre os contribuintes e os beneficiários e o sistema previdencial de segurança social.

Regulam-se todos os actos normativos desde o facto que determina a relação jurí-

dica, a determinação dos sujeitos e dos seus direitos e obrigações, do incumprimento até ao respectivo regime contra-ordenacional.

Procede-se ainda à sistematização, clarificação, à harmonização dos princípios que determinam os direitos e as obrigações dos contribuintes, dos beneficiários do sistema previdencial de segurança social, à adequação dos normativos à factualidade contemporânea e a uma forte simplificação e modernização administrativas.

Garantir o emprego e a estabilidade da relação jurídica de emprego e combater a precariedade

No estrito cumprimento do Acordo de Reforma das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Protecção Social, procede-se à redução de 1 p.p. na taxa contributiva a cargo da entidade empregadora sobre todos os contratos sem termo e simultaneamente ao aumento de 3 p.p. a cargo da entidade empregadora sobre os contratos a termo.

Na mesma linha de cumprimento deste Acordo, comete-se às empresas utilizadoras de serviços de trabalhadores abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, uma parcela de 5 p.p. da taxa contributiva, calculada sobre a presunção de rendimento decorrente do regime a vigorar, que hoje é totalmente suportada por aqueles trabalhadores.

Garantir a protecção social dos beneficiários e adequar os custos à protecção social garantida

O alargamento da base de incidência contributiva a novas componentes da remuneração dos trabalhadores por conta de outrem (designadamente a sua componente variável), introduz mais transparência na relação laboral, garante uma aproximação das remunerações registadas às remunerações reais auferidas e uma maior protecção social dos beneficiários no presente e no futuro.

No caso dos Trabalhadores Independentes, criam-se mecanismos de aproximação das remunerações convencionais de desconto às suas remunerações reais.

Complementarmente, racionaliza-se o sistema de taxas existentes e adequam-se à protecção social que cobrem e às situações e sectores específicos a que se aplicam.

No caso dos Trabalhadores Independentes, atento o âmbito material da protecção que lhes é garantida e o actual custo das eventualidades garantidas, reduz-se a taxa em 2,4 p.p., para além dos 5 p.p. anteriormente referidos, a cargo das empresas a quem prestam serviço.

Reforçar as medidas de combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional

Com a revisão do regime contra-ordenacional e com a actualização das coimas, reforçam-se as medidas de combate à fraude e desincentiva-se a evasão contributiva e prestacional.

A actualização das coimas, que não ocorria há cerca de 20 anos, é feita a níveis inferiores aos limites fiscais e aos estabelecidos no Código do Trabalho.

O Código Contributivo no Programa do Governo:

“Aprovar um novo Código das Contribuições, que sistematize e clarifique as regras actuais, mas que vá mais além, sendo introduzidos:

- O alargamento da base de incidência contributiva a elementos distintos das remunerações (designadamente a sua componente variável);
- A racionalização do sistema de taxas existente, verificando periodicamente se se mantêm as condições que motivaram a alteração das taxas para situações ou sectores específicos;
- Mecanismos de aproximação das remunerações convencionais de desconto para a segurança social dos trabalhadores independentes das remunerações reais...;
- Uma contribuição a modelar de acordo com a desagregação da taxa Contributiva Global (TGC), a pagar por parte das empresas que recorram aos serviços de trabalhadores já reformados;
- Mecanismos mais eficazes de gestão das contribuições e de combate à fraude recuperação de dívidas, como a criação da figura do Gestor do Contribuinte e de um Sistema de Monitorização das dívidas das empresas, com activação de instrumentos de alerta e controlo a partir de um determinado prazo de interrupção do pagamento das contribuições”.

A presente proposta cumpre integralmente o proposto no programa do Governo.

Chumbada moção de censura ao Governo

Sócrates acusa direita de irresponsabilidade política

A moção de censura ao Governo discutida e votada, no dia 17 de Junho, na Assembleia da República, foi rejeitada com 120 votos contra. A iniciativa do CDS-PP foi descrita pelo primeiro-ministro como “inútil” e “inconsequente”, assentando em “pressupostos políticos falsos”, ao pretender, de forma abusiva, transformar as últimas eleições europeias em legislativas.

NA SUA primeira intervenção no debate da moção de censura do CDS, Sócrates apontou a “total falsidade” do pressuposto político no qual se fundamentou a iniciativa “popular”, criticando fortemente que com ela se pretendesse retirar dos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu conclusões sobre a legitimidade do Executivo nacional.

“É, pura e simplesmente, desrespeitar a democracia”, criticou, para de seguida deixar expresso, “com todas as letras”, que se trata de “um abuso e de uma precipitação transformar europeias em legislativas”.

“É um abuso que raia a arrogância quando se pretende assumir, em nome do eleitorado, uma legitimidade que o eleitorado manifestamente não conferiu”, vincou depois o primeiro-ministro, referindo-se também aos sinais que o eleitorado lhe deu nas últimas eleições europeias.

“Uma coisa é compreender os sinais dos eleitores – e eu estou bem atento a esses sinais. Outra coisa, bem diferente, é instrumentalizar os resultados, pretendendo confundir eleições europeias e eleições legislativas”, clarificou Sócrates, para quem a iniciativa do partido liderado por Paulo Portas é “politicamente sem sentido”, uma vez que é “inútil e inconsequente”.

“Todos sabem que a legislatura está no seu termo e que muito em breve os eleitores serão chamados a pronunciar-se, então sim, sobre o futuro da governação”, lembrou, frisando depois que a moção de censura do CDS-PP “nem sequer se destina a suprir uma eventual ausência de debate político”.

“Pelo contrário, estava justamente marcado para hoje mais um debate quinzenal, que teve de ser adiado uma semana precisamente por causa desta moção”, lamentou, em tom crítico, considerando que a moção “popular” apenas tem o mérito de “recordar ao país a política de truques e expedientes em que o CDS se tornou especialista”.

Na sua intervenção, Sócrates reafirmou que a preocupação do

Governo “é combater a crise”, enquanto a oposição continua a estar motivada apenas para dizer mal do Governo.

“No fundo, o que a oposição propõe é que o Governo deixe de governar, deixe de ter iniciativa, e que a administração pública fique paralisada”, frisou, garantindo que nunca aceitará subordinar a sua responsabilidade a qualquer interesse tático ou circunstancial de última hora.

“Interpreto os sinais de insatisfação [das últimas eleições europeias] sobretudo como um apelo a fazermos mais e melhor – é esse o nosso compromisso”, garantiu José Sócrates, que assegurou também ter compreendido “com humildade democrática” os “sinais de insatisfação e dúvida” transmitidos pelos portugueses no último acto eleitoral.

No entanto, para Sócrates, estes tempos “exigem exactamente o contrário da resignação e da desistência”.

“Exigem vontade e determinação”, declarou convicto, acrescentando que “bem dispensaria observar a criação artificial de incidentes parlamentares, que visam apenas disputar protagonismos na liderança da direita”.

E apontou que a censura deverá dirigir-se “àqueles que à direita escondem mal o seu programa de enfraquecimento do Estado



social, cuja doutrina é o recuo das funções sociais do Estado e a privatização da Segurança Social”.

Usurpação da vontade popular

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS acusou o CDS-PP de “usurpação política da vontade popular” por querer, com a moção de censura, “prolongar artificialmente” os resultados das europeias.

“É uma irresponsabilidade política. Um prolongamento artificial dos resultados eleitorais, a três meses das eleições, e uma usurpação ilegítima da vontade popular do eleitorado quando censura electivamente”, afirmou Alberto Martins, no seu pedido de esclarecimento, ocasião em que vincou também que tentar “provocar um derrube do Gover-

no” no actual contexto significa “manobristo infantil” e revela “falta de sentido de Estado e irresponsabilidade”.

Já na sua intervenção, Alberto Martins lembrou que “a falência do modelo neo-liberal foi, no plano eleitoral, paga pela esquerda socialista”.

“O PS compreende a necessidade de responder, do ponto de vista político, intelectual e moral, à maior crise em talvez oitenta anos”, referiu, garantindo de seguida que “os valores socialistas são uma ideia de esperança para Portugal”.

Por outro lado, Alberto Martins sublinhou o facto de estar em causa a governabilidade do país nas próximas eleições legislativas.

Mas, afirmou: “O PS está preparado para garantir a governabilidade à esquerda, pois sabemos que o valor da governabilidade está

no assumir as responsabilidades que o eleitorado nos entender confiar”.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, ao intervir em nome do Governo no encerramento do debate, deixou claro que a oposição que avançou com a moção, particularmente aquela que assume a pretensão de formar Governo, devia saber que para censurar um executivo é preciso, também e sobretudo, apresentar propostas e alternativas para o país.

“A três meses das eleições legislativas, a oposição foi incapaz de projectar no país a afirmação de uma alternativa programática e ideológica face ao Governo”, criticou, considerando que a iniciativa dos “populares” revelou a “eterna adolescência” da direita parlamentar, tratando-se de um acto “imatur”. M.R.



Importância geoestratégica dos Açores sublinhada por Carlos César



OS POLÍTICOS não devem esquecer o capital multiplicador do enquadramento geoestratégico dos Açores, nem muito menos esquecer que a dimensão portuguesa está para além da sua faixa continental, defendeu o presidente do Executivo Regional, Carlos César, por ocasião do Dia dos Açores.

Numa cerimónia comemorativa realizada em Toronto, Canadá, Carlos César deixou bem patente a ideia de que os Açores “são um valor acrescentado, sem par, na comunidade nacional e numa perspectiva de qualificação da afirmação portuguesa no Atlântico”.

Após advogar o investimento e a valorização dos territórios portugueses insulares atlânticos, César apontou para os benefícios trazidos pela autonomia regional, adiantando que “os Açores estão muito diferentes, para melhor”.

“Os Açores são a única região

que, em todos os últimos 12 anos, teve taxas de crescimento positivas, aproximando-se em dez pontos percentuais da média nacional”, referiu, reafirmando que a autonomia permitiu “assumir outras responsabilidades na condução dos destinos dos açorianos” e possibilitou também “viver sucessivas e entusiasmantes alterações positivas” naquela Região.

“É isso que hoje nos permite, com outra desenvoltura, enfrentar e almejar ultrapassar com sucesso os efeitos da forma como somos prejudicados, nas nossas ilhas, pela crise económica e financeira internacional”, apontou, apelando a unidade dos açorianos dentro e fora das fronteiras nacionais.

A propósito, explicou que as comemorações do Dia dos Açores realizaram-se este ano na cidade canadiana de Toronto porque essa data, em que “os açorianos

meditam na consciência que têm de si”, pode acontecer “onde quer que se reviva essa cidadania de corpo e de alma”.

“A sua celebração no Canadá, com uma significativa e laboriosa comunidade de origem açoriana, é lugar igualmente adequado, pois acentua, ainda mais, a dimensão múltipla da nossa presença entre as culturas e as civilizações”, sustentou o governante regional.

Num discurso marcado pelo orgulho das suas origens insulares e no legado açoriano além-mares, Carlos César fez questão de dizer “a todos os açorianos espalhados pelo mundo” que “independentemente da sua ventura, nos sentimos irmãos enfileirados na mesma andança”.

“Unidos nos podemos ajudar. Unidos, nós, que do Ocidente somos os primeiros, os mesmos, podemos mais, porque unidos temos feito melhor”, concluiu.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

Não foram certamente as ideias do PSD e da sua líder que motivaram os portugueses a conceder-lhes uma vitória nas europeias

A FORÇA DO PS!

AINDA bem que do lado do Partido Socialista ninguém tentou transformar a derrota nas Europeias numa outra coisa qualquer. Foi importante para todos que os números finais fossem interpretados de forma clara e inequívoca. O PS perdeu, de facto, as eleições e esta realidade deve obrigá-nos a uma reflexão profunda, séria, aberta e frontal.

Do meu ponto de vista, o resultado obtido pelo PSD (31,7%) não é extraordinário, embora a vitória tenha sido importante para arrumar a casa e para a mobilização em torno da actual liderança. Utilizando a gíria futebolística, numa equipa que ganha não se mexe e, portanto, sabemos já que Manuela Ferreira Leite será a candidata a Primeira-Ministra nas próximas legislativas. E isso é bom para o PS!

Na verdade, se olharmos para trás, o que sabemos nós do pensamento de Ferreira Leite sobre os mais variados assuntos? De que falou ela para além de finanças públicas e da oposição à opção pelo investimento público? Que pensa ela do sector da Educação, Ensino Superior ou da Justiça? Que ideias apresentou para a Cultura ou para a Ciência? Que soluções tem para a Saúde, Segurança Social ou Segurança Interna? Qual a sua opinião sobre as Redes de Nova Geração ou sobre a utilização de tecnologias no Ensino? Qual o seu posicionamento em relação à opção pelas energias renováveis e como pensa ela apoiar as PME nesta época de crise? Qual a sua estratégia para melhorar a competitividade do país e a qualificação dos portugueses? Que tem a dizer aos agricultores, aos pensionistas, aos estudantes ou aos professores? E sobre o sector da comunicação social, políticas de emprego ou ambiente, ordenamento do território, reforma e modernização da administração pública, defesa, relações externas ou política europeia, que nos tem a dizer a líder do principal partido da oposição?

Manuela Ferreira Leite, na verdade, não diz nada, sobre nada, a não ser sobre finanças públicas e investimentos públicos. Não foram certamente as ideias do PSD e da sua líder que motivaram os portugueses a conceder-lhes uma vitória nas europeias. E se nestas eleições, embora devesse fazê-lo, até nem tinha que falar dado que nem era a cabeça-de-lista, já para as legislativas o cenário muda de figura. Manuela Ferreira Leite vai ter que falar aos portugueses sobre várias áreas, vai ter que se expor e dar-se a conhecer. E aí os portugueses vão tomar consciência daquilo que não podem escolher para a condução dos destinos do país.

Perante isto, julgo que o foco do PS para as próximas legislativas terá que ser orientado para duas frentes que não passam, sejamos claros, por reclamar os eleitores que votaram PSD. Em primeiro lugar, o foco deverá ser os 63% dos portugueses que não foram às urnas. Se considerarmos como razoável a taxa de abstenção registada nas últimas legislativas (35%), estamos a falar de perto de três milhões de eleitores que estarão dispostos a participar na escolha do primeiro-ministro mas que não se associaram, pelos mais diversos motivos, à escolha dos deputados europeus. Em segundo lugar, não podemos assobiar para o lado e fingir que o Bloco de Esquerda não existe. É precisamente para este partido que está a fugir uma grande parte do eleitorado do PS e, inevitavelmente, há que reconquistar a sua confiança. E estou certo que também este eleitorado que pretendeu, legitimamente, mostrar o seu descontentamento para com o Governo, pensará melhor nas consequências em confiar o seu voto num partido sem perfil para o exercício do poder.

Não há, portanto, outra saída. O PS terá que se impor pelas suas ideias em contraponto com o vazio que se verifica do outro lado, naquela que poderia ser, eventualmente, uma possível alternativa a um Governo PS. E estas ideias devem ser apresentadas no seguimento de um profundo trabalho de auscultação da sociedade civil, das suas angústias e ambições. O PS deve saber ouvir os cidadãos, trabalhadores e empresários, os agricultores, os desempregados e as forças de segurança, jovens e menos jovens, utentes de instituições sociais e empreendedores sociais, os sindicatos e as classes sociais mais representativas. E deve fazê-lo no terreno, olhos nos olhos, e não apenas através de meios de comunicação indirectos que, embora necessários, não são suficientes.

Os portugueses precisam de conhecer com clareza aquela que foi a acção concreta deste Governo na resolução dos seus problemas e precisam também de sentir esperança no poder das ideias que o PS lhes apresenta, com humildade, ao mesmo tempo que lhes pede o voto. Se assim for, o PSD e o CDS-PP até podem ir coligados que não serão suficientes para derrotar a força do PS e a força das nossas ideias!

“Magalhães” distribuídos nos Açores

OS COMPUTADORES portáteis “Magalhães” começaram a ser entregues aos alunos das escolas do 1º ciclo dos Açores, num investimento de 3,5 milhões de euros que vai beneficiar cerca de 13 mil crianças.

“É uma ferramenta fantástica de estudo e de comunicação”, afirmou o secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, na cerimónia que decorreu na Escola Tomás Borba, em Angra do Heroísmo.

Paulo Campos salientou a “receptividade” demonstrada pelo Governo Regional neste processo, destacando o facto dos computadores entregues nos Açores incluírem dois meses gratuitos de acesso à Internet de banda larga, o que não acontece com os aparelhos distribuídos no continente.

Com a entrega dos portáteis nas escolas açorianas, fica concluído o plano nacional de entrega do computador “Magalhães”.

Na cerimónia realizada em Angra do Heroísmo, a secretária regional de Educação, Maria Lina Mendes,



explicou que o atraso ocorrido na entrega dos computadores aos alunos açorianos foi originado pela necessidade de serem colocadas as placas de acesso à Internet, que envolveu um investimento de cerca de um milhão de euros.

E salientou que os alunos “vão poder usar os computadores com os pais e comunicar com os colegas, pelo que quando recomeçarem as aulas já estarão familiari-

zados com ele”.

Segundo Maria Lina Mendes, 53% serão entregues gratuitamente, 40% envolvem o pagamento de 50 euros e os restantes 7% apenas custam 20 euros a cada aluno.

Na sequência da entrega dos portáteis “Magalhães”, o Executivo açoriano adquiriu também cerca de 800 computadores para distribuir pelos docentes e salas de aula da região autónoma.

Crescimento exponencial da Investigação e Desenvolvimento

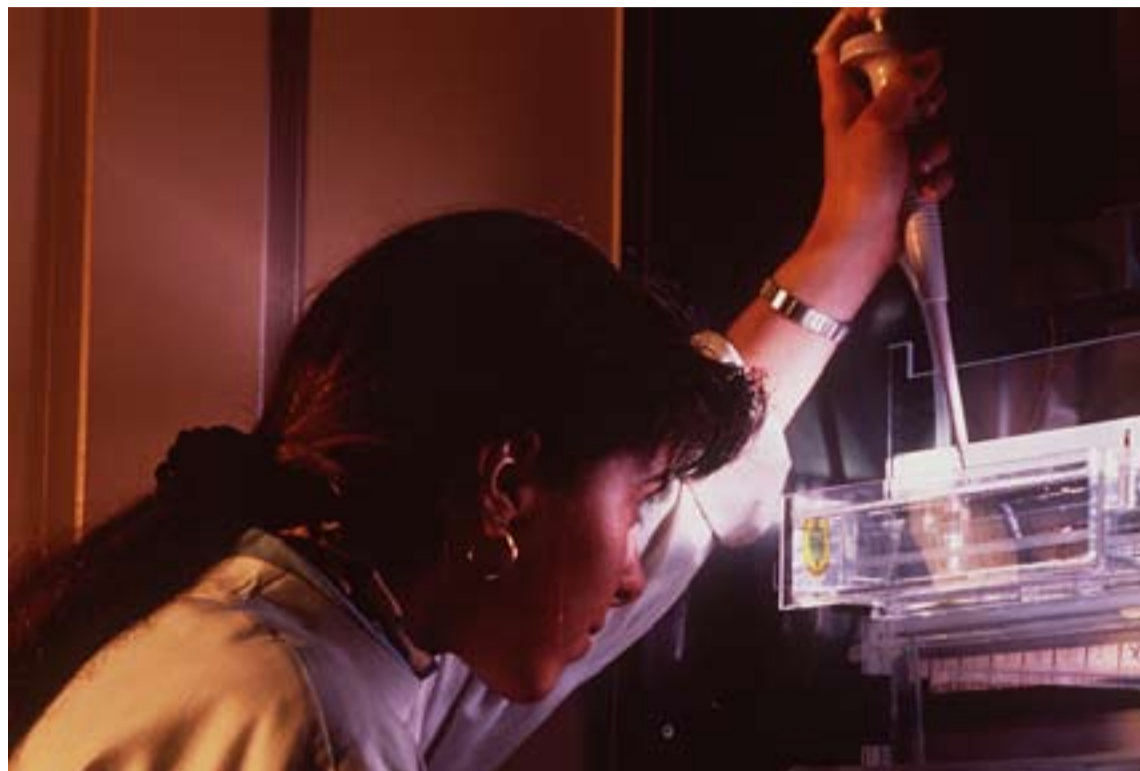
O CRESCIMENTO da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) reflecte a prioridade política dada pelo Governo ao desenvolvimento científico e tecnológico na legislatura de 2005 a 2009, segundo um relatório divulgado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

No documento, onde são apresentadas as principais medidas e resultados destes últimos quatro anos, o Ministério salienta que Portugal foi o país da Europa em que a despesa em I&D mais cresceu recentemente, a qual passou a representar globalmente mais de 1,2% do PIB nacional.

Houve não só um crescimento “inédito” em Portugal do número de empresas com actividades de I&D, que duplicou nos últimos quatro anos, como também um grande aumento do número de investigadores a exercer funções nas empresas, tendo sido registados 8639 em 2007.

Com a reintrodução do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D em Empresas (SIFIDE) em 2005, Portugal oferece hoje, segundo o Ministério, o sistema de incentivos fiscais às empresas “mais competitivo” da Europa, possibilitando uma dedução fiscal que pode atingir 82,5% do investimento em I&D.

A prioridade do Governo tem sido também acompanhada por uma “forte” mobilização da comunidade científica, uma comunidade portuguesa jovem, “fortemente internacionalizada, equilibrada entre homens e mulheres e mu-



to produtiva”, refere o relatório, adiantando ainda que o total do financiamento público de base para o apoio a unidades de investigação e Laboratórios Associados cresceu cerca de 60% entre 2005 e 2008, tendo atingido 89 milhões de euros no ano passado, com a criação de quatro novos laboratórios.

A instalação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, que será inaugurado em Braga este Verão, merece especial importância para o Governo, por ser a primeira organização internacional de investigação da Península Ibérica, cujo orçamento

anual ronda os 30 milhões de euros a partir de um investimento inicial de cerca de 100 milhões de euros, assegurado pelos dois países, Espanha e Portugal.

A prioridade política ao desenvolvimento científico e tecnológico foi ainda acompanhada pelo reforço contínuo do ensino experimental das ciências e da promoção da cultura científica e tecnológica, sendo o Programa Ciência Viva uma “referência internacional”, que desencadeou um movimento “inédito” em Portugal de adesão de famílias, autarquias, empresas e instituições científicas.

Segundo o Ministério, o desenvolvimento científico e tecnológico do país tem sido ainda acompanhado por uma forte mobilização da Sociedade de Informação, sendo de destacar um enorme progresso na área de ‘e-Ciência’, com o alargamento da Biblioteca do Conhecimento On-line, b-on, a todas as instituições científicas e ensino superior público, o lançamento da Iniciativa Nacional GRID, IN-GRID, e do Repositório Científico Aberto de Portugal, entre outros.

O relatório refere ainda que o acesso à Internet no primeiro trimestre de 2008 na população

com nível de educação secundária e superior atingiu 81 e 97%, respectivamente, sendo a quinta e a sétima maior da UE27.

O Ministério salienta ainda que mais de um terço das 116 empresas de base científica e tecnológica, abrangidas desde 2005 pelo programa de criação de empresas a partir do sistema científico e universitário pelo Programa gerido pela Agência de Inovação, são de TIC Tecnologias de Informação e Comunicação.

No âmbito da internacionalização do sistema científico e tecnológico nacional, o relatório destaca o reforço da cooperação multilateral, nomeadamente a criação da Rede Ibérica de Computação Grid, IBERGRID, e o lançamento do concurso para projectos de investigação científica para equipas mistas em Portugal e Espanha nas áreas de nanomedicina e nanotecnologias.

Em matéria da política europeia para a sociedade da informação, Portugal acentuou, segundo o Ministério da Ciência, a prioridade dada à inclusão social, em termos de acessibilidade, envelhecimento e iliteracia, e à necessidade de desenvolver uma política europeia de edição e informação científica e técnica.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido durante a presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, foi, segundo o relatório, o “espelho das iniciativas e reformas conduzidas a nível nacional e merece uma referência especial”.

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO AUTÁRQUICA PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO RES PÚBLICA E MULHERES SOCIALISTAS DE SETÚBAL

O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal e a Fundação Res Pública vão realizar no próximo dia 20 de Junho, em Sesimbra, no auditório do antigo Forpesca, uma formação autárquica aberta a todos os militantes.

Uma iniciativa que contará com a participação de um conjunto vasto de destacados dirigentes nacionais do partido, designadamente do secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Eduardo Cabrita, da camarada Isabel Cabaço Antunes, membro do grupo de trabalho da lei das finanças locais, José Augusto de Carvalho, deputado e ex-secretário de Estado da Administração Local, estando previsto que a primeira parte dos trabalhos termine com a participação do secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques.

A parte da tarde será preenchida com as intervenções da deputada Sónia Fertuzinhos, que abordará a problemática relativa à lei da paridade, programas eleitorais e práticas autárquicas, e ainda Teresa Almeida, directora municipal do planeamento urbano da Câmara Municipal de Lisboa, e candidata à Câmara de Setúbal, que abordará o tema ordenamento do território e gestão urbanística municipal, cabendo a intervenção de encerramento à camarada Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas R.S.A.

Câmara lança “Braga Digital”

“BRAGA DIGITAL”, um projecto da Câmara que envolve uma rede de fibra óptica e um centro de dados com ligação à Universidade do Minho e aos serviços autárquicos, foi apresentado, no dia 16, numa sessão que decorreu no Teatro Circo.

O vice-presidente da Câmara, Nuno Alpoim, adiantou que a iniciativa operou já uma revolução informática nos serviços através da telemetria aplicada nos contadores de água e no próprio balcão digital montado pela empresa municipal do sector, a AGERE.

O autarca socialista falava na sessão de apresentação pública, na presença do presidente da autarquia, Mesquita Machado, e do gestor do projecto, Paulo Sousa.

Nuno Alpoim lembrou que, no quadro do Bragadigital, foi já criado um portal da Associação Industrial do Minho, bem como quiosques multimédia, ecrãs digitais de órgãos de comunicação social, guias turísticos móveis com



recurso a GPS miradouros virtuais e pontos de acesso à Internet sem fios.

O projecto “Braga Digital” em fase final de implementação dos vários subprojectos tem no município a entidade promotora e insere-se na iniciativa “Cidades e Regiões Digitais”, integrada no Programa Operacional da Sociedade da Informação e Conhecimento (POSC), sendo participado financeiramente pelo FEDER e pelo Orçamento de Estado.

De acordo com os pressupostos

que levaram à constituição de um consórcio promotor liderado pelo município, o “Braga Digital” que se materializa em 16 subprojectos tem por missão a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento.

Nuno Alpoim afirmou que se pretende “tornar Braga numa das cidades europeias mais competitivas na designada economia digital, em linha com a ‘Declaração de Lisboa’, contribuindo desta forma para transformar Portugal num dos países mais avançados em matéria de ‘governo electrónico’ e sociedade da informação”.

A iniciativa, frisou, procura aproximar a Administração Local aos municípios, instituições de desenvolvimento regional, associações de promoção turística, cultural e desportiva, estabelecimentos de ensino, indústria, comércio e serviços, prestadores e utilizadores de serviços de saúde, e ainda turistas que visitam a capital minhota.

Socialistas de Bragança apresentam candidatos autárquicos aos 12 concelhos

OS CAMARADAS Jorge Gomes e Mota Andrade são os candidatos socialistas às presidências da Câmara de Bragança e da Assembleia Municipal, respectivamente. O anúncio foi feito durante o Encontro Distrital Autárquico de Bragança, que decorreu recentemente em Gimonde.

Na ocasião e perante cerca de dois mil militantes e simpatizantes, o deputado Mota Andrade criticou a gestão do actual Executivo municipal (PSD) ao sublinhar que “os investimentos feitos ao longo de 12 anos foram um desastre completo”.

“Gastaram-se milhões e milhões de euros em obras sem qualquer rentabilidade”, disse o deputado do PS eleito pelo círculo de Bragança.

Mota Andrade referiu de seguida as obras do Procom e do Polis, apontando que estas são “o exemplo típico daquilo que não se deve fazer, porque a sua gestão acabou por traduzir-se no completo abandono do centro cívico da cidade”.

Sobre o Mercado Municipal, observou que ele “serve para tudo menos para a função que devia”.

A propósito da Casa do Lavrador,



vincou que “ninguém sabe para que serve”, enquanto o matadouro simplesmente “não funciona”.

Já quanto à aposta socialista em Jorge Gomes, Mota Andrade saudou a escolha, considerando o

actual governador civil como “um candidato excelente pelo seu passado e pelo seu currículo”.

“Ele já deu provas de que é um grande empresário, um grande gestor e uma pessoa que coloca a causa pú-

blica em primeiro lugar”, afirmou.

De referir que esta iniciativa do PS/Bragança teve como principal objectivo a apresentação dos candidatos do PS às autarquias dos 12 concelhos do distrito.

Os candidatos autárquicos já eram, em larga maioria, conhecidos, com excepção do cabeça-de-lista à Câmara de Bragança e do candidato à presidência da Assembleia Municipal.

Assim, voltam a recandidatar-se Américo Pereira, em Vinhais; Artur Pimentel, em Vila Flor; Aires Ferreira, em Torre de Moncorvo e José Santos, em Freixo de Espada à Cinta.

Por Alfândega da Fé candidata-se Berta Nunes; por Carrazeda de Ansiães, Augusto Faustino; por Mogadouro, João Meira; por Miranda do Douro, Artur Nunes; por Macedo de Cavaleiros, Rui Vaz; por Mirandela, Júlia Rodrigues; e por Vimioso Jorge Fernandes.

A encerrar o Encontro Distrital Autárquico de Bragança, o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, fez um discurso no qual perspectivou a grande vitória que o PS vai ter nas próximas eleições autárquicas atendendo à “grande qualidade dos candidatos”, todos eles, “com provas dadas quer na política, quer na vida profissional”.

Paulo Fonseca avança pelo PS para a Câmara Municipal de Ourém

MAIS de mil pessoas correram à chamada do PS de Ourém para assistirem à apresentação da candidatura de Paulo Fonseca à presidência da Câmara Municipal local nas próximas eleições autárquicas.

Na ocasião, o candidato socialista afirmou ter muito orgulho em se apresentar como cabeça-de-lista pelo PS, sublinhando assumir a tarefa “com vontade de vencer”.

A decisão de se candidatar decorreu de um “apelo muito forte da parte dos cidadãos do concelho”, e porque a situação financeira do município “é de tal forma dramática que os responsáveis políticos não podem assobiar para o lado”.

Para Paulo Fonseca, o mais importante agora é haver quem esteja disposto a assumir a responsabilidade de enfrentar os problemas com que o concelho se defronta, “promovendo uma onda de intervenção pública”, no apoio às empresas, mas também, como frisou, no relacionamento com os cidadãos e na modernização do município.

Perante a situação financeira difícil que atravessa o município de Ourém, Paulo Fonseca afirmou não ter dúvidas de estar em condições de reunir a experiência política e de dispor dos conhecimentos necessários para enfrentar



os problemas e levar o concelho de Ourém a bom porto.

Discursando para uma plateia atenta, o candidato do PS afirmou haver uma “absoluta necessidade de mudança no concelho”, pelo que é preciso, defendeu, avançar com “um plano urgente de recuperação financeira, iniciativa que seja capaz, não só de proporcionar um efectivo “apoio ao tecido empresarial”, mas que se estenda igualmente no sentido de salvar o emprego na região, e que abra uma mais ampla “cooperação com os cidadãos”.

Neste sentido, defendeu que numa primeira fase “é preciso acudir ao que é recuperável”, para depois partilhar com os cidadãos

uma recuperação planeada e consistente das diversas instituições municipais.

A continuar tudo como até aqui, defendeu, é o bem-estar económico e social da população e o desenvolvimento de políticas que permitam “que os filhos da terra possam regressar a Ourém”, que poderá estar em causa.

Com elevado sentido ético, Paulo Fonseca declarou que o anúncio da sua candidatura correspondeu à abdicação do lugar de governador civil de Santarém, e da decisão de não se apresentar como candidato

a deputado na Assembleia da República ou a quaisquer outras funções de carácter público.

Sobre o candidato socialista à Câmara de Ourém, Paulo Fonseca, o secretário-geral do PS definiu-o como um dos “quadros políticos com maior prestígio em todo o distrito de Santarém”, salientando também as “suas qualidades humanas”.

“Não tenho dúvidas”, disse ainda José Sócrates, “que ele vai levar o Partido Socialista à vitória em Ourém”, e que será, certamente, um grande autarca porque é alguém, defendeu ainda, “que se preocupa com os outros e porque tem espírito de serviço público que muito me apraz sublinhar”. R.S.A.

PSD TUDO FAZ PARA IMPEDIR A REABILITAÇÃO URBANA EM LISBOA

NA ASSEMBLEIA Municipal da capital o PSD “usa e abusa de truques com vista a impedir que António Costa e o município de Lisboa executem o projecto de reabilitação urbana já aprovado em sessão camarária – que implica a realização de mais de 300 obras com a criação de 5000 empregos e o investimento de 120 milhões de euros – financiamento garantido através do empréstimo ao BEI”, denuncia o PS/Lisboa.

Em comunicado, o PS/Lisboa acusa os autarcas laranja de “veto de gaveta que tem promovido nas comissões especializadas, usado o truque de solicitar ‘a conta gotas’ a discussão desta proposta em sucessivas comissões especializadas”, conseguindo assim que esta proposta esteja paralisada há dois meses.

E acrescenta que “não tendo a coragem de dizer que está contra ou favor da reabilitação urbana, o PSD na Assembleia Municipal Lisboa demonstra com este comportamento estar apenas preocupado com os objectivos eleitoralistas do seu candidato Santana Lopes”.

Face a este comportamento dos autarcas laranja, o PS/Lisboa garante que “tudo fará para que a reabilitação urbana seja possível, começado precisamente por aquelas obras que o PSD de Santana Lopes deixou paradas por falta de pagamento”.

Assim, “o PS considerará o PSD responsável por todos os inconvenientes e eventuais situações de risco que possam advir pelo facto de não se fazer esta reabilitação tão necessária”.

António Costa no YouTube

“Reabriu a Ribeira das Naus” é o vídeo no YouTube, onde o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, dirige uma mensagem aos munícipes, congratulando-se por as obras no Terreiro do Paço estarem a ser concluídas dentro dos prazos previstos e aponta os locais onde vão surgir novidades, como, por exemplo, as faixas laterais da praça, que serão utilizadas apenas pelos peões.

Na mensagem, António Costa anuncia ainda que “no próximo dia 26 de Junho será apresentado um novo projecto do Terreiro do Paço para apreciação municipal”. J. C. C. B.

PS APOSTA DE NOVO EM MARIA DA LUZ ROSINHA PARA VILA FRANCA DE XIRA

A AUTARCA Maria da Luz Rosinha anunciou a sua recandidatura à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Entre algumas das novidades que adiantou, tendo em vista a gestão da autarquia para os próximos quatro anos, a autarca vila-franquense, que concorre pela terceira vez, garantiu que o seu executivo irá apostar sobretudo “num novo modelo de desenvolvimento económico”.

Ultrapassadas e resolvidas que estão as necessidades básicas, o próximo Executivo camarário voltar-se-á para os desafios que se colocam ao nível dos modelos económicos, garantindo Maria da Luz Rosinha que a aposta passará por encontrar parcerias, quer com as empresas já existentes no concelho, quer com outras que a autarquia consiga atrair.

A autarca do PS garantiu ainda, por outro lado, que vão iniciar-se em breve as obras do Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, do novo hospital Reynaldo dos Santos, a unidade de cuidados continuados da Flamenga, em Vialonga, e ainda, no âmbito dos novos equipamentos, será em breve assinado o protocolo para a construção do Centro de Saúde de Alhandra.

Quanto às acessibilidades, uma matéria que assume um carácter de grande importância neste concelho, que é “cortado”, pela A1 e pela principal linha ferroviária do país que liga Lisboa ao Porto, a autarca afirmou que aguarda o resultado dos seus esforços junto do Governo no sentido do arranque das obras da circular urbana de Alverca, da variante de Vila Franca, e dos nós do Sobralinho e Caniços. **R.S.A.**



CONTINUAR A OBRA FEITA EM OVAR

A APOSTA na recandidatura de Manuel Oliveira à presidência da Câmara de Ovar, “que corresponde à expectativa da população”, tem como objectivo “dar continuidade ao trabalho feito e à obra em curso, garantindo a concretização e financiamento dos compromissos assumidos nos últimos anos e a promoção de novas dinâmicas que o futuro impõe”, afirma a Concelhia do PS local.

Num comunicado, a Comissão Política do PS/Ovar considera que “a acção do actual Executivo socialista foi determinante para o equilíbrio financeiro do município, para a implementação de projectos de desenvolvimento integrado em todas as freguesias e para a garantia de uma gestão transparente, rigorosa e eficaz.”.

Por isso, sustenta que para o concelho de Ovar “torna-se fundamental uma candidatura aglutinadora, que dê continuidade ao espírito de convergência, ao pluralismo e ao rumo estratégico assumido, que se constituem como matriz do pensamento e da acção do PS”.

Os socialistas owarenses acreditam ainda que “Manuel Oliveira contará com as forças vivas da comunidade para prosseguir o objectivo estratégico de um concelho criativo e sustentável”. **J.C.C.B.**



INICIATIVA

Vila Nova da Barquinha investe quatro milhões em novo Centro Escolar

O NOVO Centro Escolar da Barquinha, com um investimento de quatro milhões de euros, que vai incluir um Centro de Ciência Viva (CCV), “é um dos mais importantes projectos que a autarquia está a desenvolver numa lógica de criar uma nova escola, de estilo experimental, aberta e virada para a comunidade de estilo experimental”, afirmou o presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha, o socialista Miguel Pombeiro, na sessão de apresentação destas emblemáticas instalações na área da educação.

Referindo que o projecto “quer ser algo mais do que um espaço de concentração de alunos”, Miguel Pombeiro adiantou que se pretende “fazer uma escola de excelência num edifício projectado pelo arquitecto Aires Mateus, que vai incluir um Centro de Ciência Viva e irá significar uma melhoria qualitativa, quer em termos de instalações, quer em termos de práticas pedagógicas, para os alunos do 1.º ciclo”.

“As escolas confrontam-se hoje com grandes mudanças, com novas realidades e paradigmas, como sejam uma escola para o dia inteiro e as várias actividades de enriquecimento curricular, e é tudo isto que queremos conjugar no futuro Centro Escolar, acrescentando o pilar da inovação do ensino experimental”.



considerou o presidente da Câmara Municipal.

Segundo Miguel Pombeiro, o novo Centro de Ciência Viva “será contextualizado na região onde será inserido, destacando-se os factores de ligação aos rios Tejo e Zêzere, ao castelo de Almourol e à vida templária, e pretende enquadrar e constituir-se como um complemento às actividades curriculares, numa linha de ensino experimental”.

O autarca do PS adiantou ainda que o futuro Centro Escolar “juntará as condições excepcionais das instalações à existência de um Centro de Ciência Viva, um espaço que terá como público-alvo as

crianças e que será conjugado com um projecto educativo fortemente valorizador do ensino experimental das ciências”.

Com um prazo de execução de 480 dias e uma área total de quatro mil metros quadrados, o novo complexo educativo tem um custo total de quatro milhões de euros e capacidade para receber 300 alunos.

A obra é financiada pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), cabendo à Câmara de Vila Nova da Barquinha um investimento na ordem dos 50%, dos quais 1,3 milhões de euros serão obtidos através de recurso a crédito bancário.

PS de Albufeira reprova “aventureirismo” do autarca do PSD

FACE ao eminente licenciamento, por parte da Administração Hidráulica do Algarve, de alteração ao projecto de requalificação da EN 395, entre o acesso à Quinta dos Calços e a Avenida dos Descobrimientos, em Albufeira, e do parcial levantamento do embargo da referida obra, a Comissão Política do PS/Albufeira acusa o presidente da edilidade, do PSD, de que toda esta “trapalhada” só aconteceu porque houve desde o princípio “uma intervenção aventureira do edil na condução de todo o processo”.

O PS/Albufeira, contudo, não deixa de reconhecer a necessidade desta obra que visa qualificar a entrada da cidade, a qual resulta do cumprimento de um compromisso assumido pelo Governo de concretizar a ligação de Albufeira à via do Infante.

Uma obra, sublinha ainda o PS, há muito esperada pelos habitantes deste município algarvio.

Recorde-se que esta iniciativa tinha sido embargada pela Administração Hidráulica do Algarve (AHA) no passado mês de Março com o argumento de que “o estado



estrutural em que se encontra o colector de descarga, leva a propor que o projecto de execução não seja viabilizado”.

Ultrapassados alguns destes obstáculos, e perante a hipótese de a AHA poder dar luz verde ao início da obra, o PS/Albufeira coloca cinco questões ao executivo autárquico esperando, como exige, uma resposta clara e objectiva, a “bem do

esclarecimento de toda a população”.

Questões que passam, por exemplo, por saber quem pagará os custos adicionais do embargo e das consequentes alterações ao projecto, ou como pensa a edilidade e os seus responsáveis, nomeadamente o presidente, assumir a má condução de todo o processo, ou ainda, numa altura de crise, quem se responsabilizará pelos atrasos das obras ou quais as razões que explicam não ter sido solicitado

um estudo hidráulico antes de se avançar com o mesmo.

Para os socialistas, o Executivo do PSD não deverá repetir este tipo de comportamentos, sob pena, como afirmam, de poder “perder legitimidade”, designadamente quando quiser exigir aos cidadãos o cumprimento da lei, algo que passará a ser muito difícil, “uma vez que ela própria não a cumpre”. **R.S.A.**

Candidatura do PS a Santiago do Cacém disposta a inverter pesada herança da CDU

ARNALDO Frade, nome escolhido pelo Partido Socialista para a presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, apresentou as linhas gerais do seu programa para o município.

Com a casa completamente cheia, o candidato socialista antes de enunciar as suas principais ideias, acusou a CDU, de gerir o município há mais de 30 anos com base num modelo de desenvolvimento que é o principal responsável pela existência de localidades “com infra-estruturas básicas por concluir, pelo aumento das assimetrias entre freguesias, pela morosidade na criação de oportunidades de habitação, pela passividade com que assiste à degradação, nomeadamente de centros culturais e ainda pela forma sectária como administra os meios de comunicação da autarquia”.

A pesada herança deixada pela gestão comunista de mais de três décadas, arrasta consigo, entre outras maleitas, referiu ainda o candidato do PS, despesas correntes superiores às receitas, despesas de capital inferiores às receitas de capital, endividamento de médio e de longo prazo superior a 11 milhões de euros, sendo o de curto prazo, nomeadamente a fornecedores, superior a quatro milhões de euros.

Um caos que importa corrigir o mais rápido possível, apostando na candidatura socialista, a única, sublinhou Arnaldo Frade, que mostra ser capaz de inverter este cenário através de um programa que aponta para a construção de um município com uma base económica diversificada, mais competitivo, amigo do investimento e criador de mais oportunidades de emprego.

Um projecto, acentuou ainda o candidato do PS, que pretende ir cada vez mais longe no apoio às políticas socialmente mais solidárias, designadamente aquelas que privilegiam a intervenção municipal no âmbito das modernas políticas sociais, contribuindo, assim também, para baixar o êxodo da população e criando condi-



ções mais favoráveis para a sua fixação no território municipal.

Por outro lado, frisou ainda Arnaldo Frade, os responsáveis autárquicos jamais se poderão esquecer que a Câmara Municipal, é, antes de mais, a principal entidade responsável pela gestão e por ajudar a desenvolver um território com cerca de 1058 quilómetros quadrados, habitados por 31 mil pessoas empalhadas por 11 freguesias.

Apesar de estarmos a passar por um período financeiro interno conturbado, disse ainda o candidato do PS, as populações têm já consciência que só o programa socialista, “ao contrário do da CDU”, será capaz e tem as virtualidades suficientes para apontar para o futuro e romper “com este actual estado de coisas”.

Nas próximas eleições autárquicas, o que está em causa, disse, “é escolher que tipo de município queremos para o futuro”, ou seja, “se queremos apostar num novo modelo de desenvolvimento para o concelho, construindo o futuro de forma participada”, ou, pelo contrário, “queremos manter o actual modelo falido da responsabilidade da CDU”.

Modelo que, sublinhou, se tem baseado no pagamento tardio dos seus compromissos financeiros, no au-

mento exponencial da dívida, na passividade face à desqualificação urbanística, na recusa sistemática em ajudar os desempregados, e ainda por apostar num tipo de governação autárquica que assenta no protesto, assumindo sempre os interesses do partido que suporta a actual maioria camarária em detrimento da conveniência da população, e utilizando a Câmara Municipal como arma privilegiada de contestação ao poder central”.

Para o candidato socialista, a continuar este modelo de gestão autárquica, preconizado pelos responsáveis comunistas, Santiago do Cacém arrisca a tornar-se subitamente “uma ilha em torno da qual o desenvolvimento acontece”.

Pelo contrário, o modelo defendido pelo PS aponta para que o município ocupe uma posição nuclear no contexto do desenvolvimento do Alentejo litoral em sintonia com a posição relativa das suas potencialidades, o que passa, por exemplo, por levar em consideração “a situação financeira da autarquia”, contando com o apoio nomeadamente do QREN, do PROT e da revisão em curso do PDM e ainda do Plano Estratégico para o Litoral alentejano.

Para além do candidato do Partido Socialista, usaram ainda da palavra o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, que fez referência à necessidade de substituir a gestão da CDU no distrito “por uma gestão do PS”, e Mário Lino, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em representação da direcção nacional do partido. Na sua intervenção referiu-se ao poder local democrático e à sua influência na melhoria da qualidade de vida das populações, frisando, entre outros aspectos, o salto qualitativo ao nível das acessibilidades, sublinhando que neste particular os grandes beneficiários têm sido em primeiro lugar as próprias autarquias. **R.S.A.**

OPINIÃO



ARNALDO FRADE
Candidato à Câmara de Santiago do Cacém

Os desafios que se nos colocam e à região exigem a construção de um outro modelo alternativo que seja ganhador e que tenha condições para mudar a face do concelho

ARNALDOFRADE.COM PELO FUTURO

AS ELEIÇÕES autárquicas terão lugar em Santiago do Cacém num contexto de vigência do QREN, de aprovação em curso do PROT alentejo, de revisão do PDM e de concretização do Plano Estratégico do Alentejo Litoral. Nesse momento os munícipes vão ter de fazer uma opção decisiva para o seu futuro. De entre os vários modelos de governação autárquica que serão apresentados a sufrágio, apenas dois irão disputar a vitória. Será neles que os munícipes terão de concentrar a sua atenção.

Um deles será protagonizado pelo PCP. Proporá, certamente, a continuidade do actual projecto, um projecto que ao longo de mais de 30 anos não conseguiu resolver problemas básicos da população; que não tem vindo a honrar atempadamente os compromissos financeiros assumidos com os fornecedores; que tem convivido com as crescentes assimetrias entre freguesias; que não conseguiu até agora ver homologada a Carta Educativa; que não tem conseguido agir para evitar a degradação de edifícios de interesse municipal; que tem demonstrado incapacidade de resolução de pequenos problemas das populações; que se mostra insensível aos problemas sociais, nomeadamente recusando uma intervenção da Câmara Municipal junto dos mais afectados pela actual crise; que promove uma governação de protesto em ordem a satisfazer em primeiro lugar os interesses do partido. Trata-se de um modelo que, mesmo deixando muito por fazer, é responsável pelo aumento da dívida do município. Este é um modelo datado no tempo, que representa o passado e que se tem revelado totalmente incapaz de colocar o município numa posição nuclear no quadro da sub-região do alentejo litoral. Com ele, arriscamo-nos a ser uma ilha em torno da qual o desenvolvimento acontece.

Ora, a nosso ver, os desafios que se nos colocam e à região exigem a construção de um outro modelo alternativo que seja ganhador e que tenha condições para mudar a face do concelho. Um modelo virado para o futuro, que coloque as pessoas em primeiro lugar e promova a colaboração entre os vários poderes em ordem a alcançar mais elevados índices de desenvolvimento. Esse modelo só pode ser protagonizado pelo PS tendo em conta a sua posição histórica relativa no que respeita aos resultados eleitorais. Ele terá de ser o projecto e o modelo não só dos socialistas mas sim de todos quantos não se revejam nas propostas da actual gestão. Todos os cidadãos que querem contribuir para uma gestão diferente podem e devem colaborar activamente na mudança. Será um projecto que terá como matriz: A Importância do Triângulo Santo André, Santiago do Cacém, Sines; - A Coesão Interna do Município; - A Cooperação Intermunicipal; - A Cooperação Internacional; - A Desburocratização de Procedimentos; e ainda uma Governação de Concertação. Um projecto relativamente ao qual a participação e intervenção de cada um dos cidadãos permita um elevado sentimento de pertença. Por isso temos em marcha um processo de recolha de contributos. Um projecto que considere o turismo, o património, a fileira florestal, a agricultura e suinicultura, a pequena indústria, o comércio e os serviços, que tenha em conta as suas necessidades e as necessidades de qualificação das pessoas e do território, da criação de emprego e da manutenção de actuais e fixação de novos residentes. Estou convicto que é neste projecto que os cidadãos querem apostar nas próximas eleições. Vamos construí-lo todos juntos e fazer de Santiago do Cacém um município mais competitivo, mais solidário e mais desenvolvido.

Um projecto dinâmico e social para mudar Corroios

UM projecto jovem e dinâmico para mudar Corroios, no concelho do Seixal, em que as pessoas estão em primeiro lugar, é o objectivo central da candidatura do socialista Raul Silva à presidência da Junta de Freguesia de Corroios, que pretende dar resposta aos legítimos anseios da população da freguesia e do concelho que vivem há décadas sob a gestão autárquica do PCP, que está “esgotada nas ideias e na obra”.

Raul Silva, de 45 anos, técnico de organização e dados, refere ainda que a prioridade do programa socialista para a autarquia é “apostar nas pessoas”, o que passa, nomeadamente, “por apostar mais na educação, na saúde, nos idosos,

na mobilidade e segurança dos cidadãos”.

O candidato do PS não poupa nas críticas ao Executivo da CDU, que “não encontra soluções para os problemas actuais”, já que, frisa, “a resposta continua a ser a de há 35 anos a esta parte, a culpa é sempre do governo central, quando todos sabemos que muitos dos problemas se resolvem reivindicando junto da câmara municipal”.

E adianta que, caso seja eleito presidente nas próximas autárquicas, os cidadãos de Corroios podem contar com um autarca “cuja primeira prioridade serão sempre as pessoas, com uma gestão de cariz social bem vincado” e que “será



interventivo e reivindicativo junto das entidades competentes na procura das melhores soluções para as populações”. **J. C. C. B.**

Socialistas acusam CDU de gestão ruínosa em Peniche e apresentam candidatura alternativa

A SALA foi pequena para acomodar todos os que quiseram estar presentes na cerimónia de apresentação dos candidatos socialistas às próximas eleições autárquicas de Outubro, no concelho de Peniche, onde é candidato a presidente da Câmara Municipal Carlos Jorge Amaral.

Uma iniciativa que contou com a presença de destacadas figuras do partido, designadamente do presidente da Federação do PS/Leiria, João Paulo Pedrosa, do secretário de Estado da Protecção Civil e dirigente nacional, José Miguel Medeiros, e ainda de António José Seguro, deputado à Assembleia da República.

Depois do camarada João Paulo Teófilo, presidente da Concelhia do PS/Peniche, ter alertado para a necessidade “de mudança na liderança da Câmara Municipal”, usou da palavra o ex-presidente da Federação do PS/Leiria e actual secretário de Estado, José Miguel Medeiros, que defendeu “ser tempo de voltar a dar a Peniche o caminho de progresso” que outrora, como recordou, “os mandatos do PS lhe conferiram”, acusando a gestão da CDU de se limitar “a levar por diante os projectos e a concluir as obras deixadas pelo anterior executivo socialista” de Jorge Gonçalves.



António José Seguro começou por agradecer a todos os que “nunca votaram PS por estarem nesta maré que enche por uma alternativa melhor e diferente ao actual poder autárquico”, frisando, mais à frente, que só a candidatura do PS protagonizada pelo candidato Carlos Jorge Amaral, “é verdadeiramente alternativa” ao poder que está na Câmara, sendo que em sua opinião, todos os

outros votos, “sendo por certo legítimos”, são “desperdiçados, pois não ajudam à escolha do futuro governo de Peniche”.

Para Jorge Gonçalves, ex-autarca e actual mandatário concelhio das listas do PS, a CDU anda há quatro anos a mentir e a enganar as populações.

É que não faz sentido nenhum, disse, que em vésperas do fim do mandato, e depois de ter feito



uma campanha eleitoral “onde prometeu tudo a todos”, a CDU “nada tenha feito, e nada tenha concluído”.

Dos planos de urbanização, tão propalados e prometidos solenemente nos eloquentes comícios de campanha, nada se sabe, assim como também nada se fez, acentuou, para consolidar a saúde financeira do município, sendo evidente para todos que também

a este nível “cresceram as dificuldades do município”.

Para Jorge Gonçalves há uma esclarecedora diferença entre a situação recebida pela CDU e a situação actual.

Com efeito, e para se ter uma “ideia do estado caótico em que a CDU deixa as finanças municipais”, basta recordar que em 2005 o PS “deixou a Câmara de Peniche com uma dívida que não chegava aos sete milhões euros”, e muita obra feita, sendo que hoje, para além de não haver obra para mostrar, a dívida ultrapassa os 11 milhões de euros, ou seja “quase a atingir o limite da capacidade de endividamento”.

Para o candidato socialista à Câmara Municipal de Peniche, Carlos Jorge Amaral, “o PS é um partido de obra, um partido das pessoas e para as pessoas”, saudando a este propósito, “o trabalho deixado pela anterior gestão do PS na Câmara” entre 1997 e 2005.

Depois de recordar os quatro vectores principais da sua candidatura, desenvolvimento económico, educação e bem-estar social, qualidade de vida e rigor na gestão, Carlos Jorge Amaral garantiu que tudo fará para em nome da saúde financeira do município e da qualidade de vida das populações. **R.S.A.**

INAUGURADA SEDE DE CAMPANHA SOCIALISTA NO CADAVAL

A SEDE de campanha da candidatura socialista à Câmara do Cadaval, inaugurada recentemente, será “um espaço aberto e de diálogo para todos os que queiram contribuir para vencer o desafio da mudança” no concelho, garantiu a candidata do PS, Maria João Botelho.

Na ocasião, perante as várias dezenas de apoiantes que se juntaram na Rua do Rossio do Cadaval, Maria João Botelho manifestou a convicção de que no concelho muitos precisam e ambicionam mudar o estado das coisas.

“A paragem do desenvolvimento do concelho nos últimos oito anos, a falta de ideias, de projectos, de transparência e de capacidade negocial e até de equipa exigem a mobilização de todos os que acreditam e querem um concelho mais dinâmico e à altura dos nossos dias”, defendeu a candidata socialista, que de seguida reafirmou o carácter positivo e progressista da alternativa PS.

“Uma aposta forte nas pessoas, no conhecimento e em colocar o Cadaval ao nível da região”, disse Maria João Botelho, para quem estes princípios, aliados às questões ligadas à saúde, mobilidade, segurança, qualidade de vida e ao emprego, serão motores de um novo projecto para o concelho.

Como exemplo do que deve ser a passagem do discurso à acção, apontou o uso de energias renováveis na iluminação da sede de campanha autárquica socialista. **M.R.**



Diálogos por Tavira

O CANDIDATO do PS à presidência da Câmara Municipal de Tavira, Jorge Botelho, participa no próximo dia 20 de Junho, sábado, pelas 15 horas, na terceira sessão dos “Diálogos por Tavira”, que terão como tema as “Políticas locais de inovação e competitividade”.

Esta iniciativa, que decorrerá na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, em Tavira, conta com as intervenções de António Eusébio, presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Guilherme Ferreira, professor da Universidade do Algarve, João Ventura, director do Tempo – Teatro Municipal de Portimão, Paulo Bernardo, director-geral da Globalgarve e director nacional da Associação Nacional de Jovens Empresários, e será encerrada por Jorge Botelho, director distrital de Segurança Social de Faro e presidente do PS-Tavira.

Em pleno Ano Europeu da Criatividade e da Inovação, o PS/Tavira “pretende contribuir para a divulgação de um conjunto de boas práticas inovadoras desenvolvidas noutros municípios do Algarve, nomeadamente nas áreas da participação dos cidadãos na governação autárquica e na



dinamização de espaços culturais, bem como no relacionamento da Universidade e das empresas com a sociedade civil, contribuindo para a criação de novas dinâmicas locais e para reforçar a competitividade e o empreendedorismo no concelho de Tavira”.

Perspectivando a cobertura das temáticas da Inclusão, Sustentabilidade e Inovação, os “Diálogos

por Tavira” são parte integrante da Convenção Autárquica Concelhia, cuja realização será oportunamente anunciada.

Ao longo de várias sessões, o PS-Tavira vai analisar e debater os problemas e as políticas autárquicas e partilhar activamente com os tavirenses as soluções que serão incluídas no seu programa eleitoral.

Carlos Lopes, candidato à câmara

“Vai valer a pena viver em Figueiró dos Vinhos”

Combater a desertificação humana do concelho e atrair, para fixação, empresas e investimentos são os objectivos centrais da candidatura socialista à presidência da Câmara de Figueiró dos Vinhos liderada por Carlos Lopes.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato explica a estratégia de desenvolvimento defendida pelo PS para este município do distrito de Leiria, apontando que ela passa por uma aposta determinada nas pessoas, na promoção do trabalho e do investimento público-privado, no turismo, nas potencialidades ambientais e paisagísticas da região, na reabilitação do parque habitacional, nas acessibilidades e numa política fiscal amiga do munícipe.

Quais as razões porque aceitou o desafio de se candidatar a presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos?

Correspondo ao convite que me foi dirigido pelos órgãos dirigentes do PS e ao apelo, incentivo e apoio que tenho vindo a receber por parte dos militantes e simpatizantes do PS e ainda de centenas de munícipes independentes e sem filiação partidária que estão preocupados com a actual situação económica e social que o concelho hoje vive.

Quais as prioridades que define para o concelho?

Fazer uma aposta séria no repovoamento de Figueiró dos Vinhos, através de uma estratégia clara de apoio aos que trabalham e residem no concelho, criando-lhes condições para que possam prosperar e, ao mesmo tempo, incentivar todos aqueles que esperam uma oportunidade para investir e viver no nosso concelho, ajudando-nos numa tarefa de desenvolvimento e progresso que envolva as cinco freguesias do município.

Sendo Figueiró dos Vinhos um concelho do interior, como pensa contrariar a desertificação humana?

Apostaremos nas pessoas. Sermos embaixadores do concelho na busca de parcerias público-privadas que estimulem e atraiam micro, pequenas e médias empresas que criem emprego e riqueza, apostando ainda no turismo e nas potencialidades ambientais e paisagísticas de que dispomos. No mercado habitacional, vamos promover por todo o concelho a reabilitação de imóveis degradados, em ruínas e desabitados, colocando-os depois no mercado a preços sociais para arrendamento ou venda a custos controlados. Desta forma, visamos também combater a especulação imobiliária e colocar no mercado terrenos

a preços justos, lutando com determinação ao lado e na defesa das nossas crianças, jovens, idosos, das pessoas portadoras de deficiência e de todos aqueles que necessitam de ter razões para acreditar que vai valer a pena viver em Figueiró dos Vinhos.

Empreenderemos ainda uma política fiscal amiga do munícipe ao nível do IRS pago pelas famílias e do imposto sobre imóveis, para além de uma avaliação que empreenderemos relativamente a outras receitas próprias cobradas pela autarquia.

Quais são as oportunidades que o concelho de Figueiró dos Vinhos possui visando o desenvolvimento económico que preconiza?

Dentro de dias, o norte do distrito de Leiria e o município de Figueiró dos Vinhos, em particular, verão concretizada uma aspiração com mais de três décadas, quando o Governo do PS proceder à assinatura do contrato de adjudicação das obras referentes à construção do IC3 e do IC8, uma empreitada que contempla ainda a ligação entre o município de Castanheira de Pera e o Espinhal-Penela. Esta obra beneficiará a freguesia de Campelo, a mais idosa e a mais distante da sede do concelho.

Trata-se de obras estruturais há muito aguardadas, que permitirão a quebra do isolamento e a oferta de mais e melhores condições que estimulem a atracção de empresas geradoras de emprego, riqueza e desenvolvimento.

O nosso concelho ficará a pouca distância horária de Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Coimbra, Leiria e Castelo Branco e Espanha, permitindo o escoamento célere de produtos, bens e mercadorias.

Torna-se, pois, necessário antecipar este investimento decisivo para o concelho, captando e atraindo empresários e investidores. Figueiró dos Vinhos ocupará



uma centralidade geográfica no contexto da região centro e importa, desde já, promover essa enorme vantagem que ligada às potencialidades ambientais e paisagísticas poderá e deverá obter retorno e procura por parte dos agentes económicos.

Quais são os principais problemas e dificuldades que mais se sentem no município de Figueiró dos Vinhos?

Aceitei com muita honra este

desafio porque também não me resigno, nem me posso conformar, perante a apatia e a descrença com que nos confrontamos hoje no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Temos vindo a perder a nossa centralidade geográfica e a nossa importância económica para concelhos vizinhos. Ocupamos o último lugar no distrito, quer nos parâmetros que medem a qualidade de vida quer no que respeita ao rendimento disponível por

habitante. Perdemos, nos últimos anos, centenas de pessoas. A população activa decresceu e, ao mesmo tempo, temos assistido ao aumento do desemprego, sendo certo que o comércio, por via de tudo isto, vive dificuldades acrescidas e os nossos jovens não encontram aí uma resposta para a sua vida.

Temos soluções, respostas, gente capaz de realizar e uma firme vontade de contrariar esta tendência que temos de saber ultrapassar muito rapidamente.

MIGUEL VENTURA QUER GANHAR PARA MUDAR ARGANIL

APESAR dos constrangimentos identificados e que terão de ser vencidos, Arganil é, fundamentalmente, um território de oportunidades. É nessa óptica que deve ser olhado o concelho, traçando um rumo baseado no aproveitamento e na valorização do seu potencial. Foi com esta convicção que o camarada Miguel Ventura apresentou publicamente a sua candidatura à presidência da autarquia arganilense.

Numa sessão que contou com a participação de Vítor Baptista, presidente da Federação do PS de Coimbra, e de Correia de Campos, antigo ministro da Saúde e deputado eleito ao Parlamento Europeu, o candidato socialista comprometeu-se a apresentar propostas alternativas para a gestão laranja do município, garantindo que, para isso, conta com uma equipa de “pessoas que não estão dispostas a resignar-se perante as dificuldades”.

Apostado em desenvolver uma política fiscal mais justa e adequada à actual conjuntura de crise económica, importa pois redefinir o projecto de reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense, recuperar o comércio tradicional e modernizar os equipamentos do concelho.

Para além disto, Miguel Ventura aponta também para a importância de promover a criação de uma rede supramunicipal, “no âmbito da qual sejam definidas e implementadas estratégias colectivas” que permitam enfrentar novos desafios que se prendem, por exemplo, com questões ambientais e de protecção civil.

Convicto de que o programa eleitoral a apresentar a sufrágio dos arganilenses “só tem sentido se reflectir preocupações colectivas”, o candidato socialista garantiu que vai prosseguir os contactos com os munícipes, assumindo com clareza o seu intuito de “ganhar para mudar” o concelho.

Refira-se que Eduardo Miguel Duarte Ventura, 39 anos, é licenciado em Economia e co-autor da Estratégia Local de Desenvolvimento para a Beira Serra, aprovada em Julho de 2008, no âmbito do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. **M.R.**



PS APRESENTA CANDIDATOS A CELORICO DE BASTO

O PS de Celorico de Basto vai organizar no próximo dia 21, domingo, pelas 16 horas, no Monte da Senhora do Viso, freguesia Caçarilhe do Concelho de Celorico, uma festa onde apresentará os primeiros nomes das suas listas para cada uma das assembleias de freguesia, os sete primeiros nomes para a câmara municipal e o candidato a presidente da assembleia municipal, o independente Joaquim Bastos.

Na iniciativa vão estar presentes Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, António José Seguro, cabeça-de-lista do PS pelo distrito de Braga nas legislativas de 2005, Joaquim Barreto, presidente da Federação de Braga do PS e da Câmara de Cabeceiras de Basto e os presidentes de câmara do PS do distrito de Braga. A animação está a cargo do cantor popular Quim Barreiros.

Recorde-se que o PS tinha já anunciado o seu candidato a presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, o engenheiro civil e gestor empresarial, Manuel Lopes Machado, que há quatro anos se apresentou pela primeira vez, tendo então o PS registado uma subida de 26% e uma assinalável aproximação ao PSD.



INICIATIVA

Artur Penedos promete em Paredes apoiar a indústria do mobiliário

FOI pequeno o auditório em Rebordosa para albergar a centena de empresários do sector do mobiliário que compareceram à sessão de esclarecimento promovida pelo candidato socialista à Câmara Municipal de Paredes, Artur Penedos, sobre as medidas de apoio previstas para as indústrias da madeira e do mobiliário, no âmbito do QREN.

Caso seja eleito, Artur Penedos vai criar um gabinete de apoio municipal à promoção do mobiliário produzido em Paredes, alterando de seguida o “actual modelo de apoio ao sector”.

Promessa que foi ouvida também por muitos trabalhadores, que ficaram com a garantia de que este gabinete servirá igualmente “para apoiar os desempregados” passando a dispor da “mesma valência do apoio a dispensar aos empresários”.

Como explicou Artur Penedos, que contou ainda com a presença a seu lado do secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, Castro Guerra, este gabinete funcionará com “base na criação de mecanismos” que esclareçam, acompanhem e ajudem “empresas e trabalhadores a usufruir dos apoios que o Estado coloca à sua disposição”.

Tendo em conta que Paredes produz cerca de 65% do total do mobiliário fabricado no país, o candidato do PS justifica esta sua iniciativa com a necessidade, como frisou, de “contribuir para o esclarecimento dos agentes económicos”, especialmente dos industriais do mobiliário, “sobre os objectivos e medidas previstas



no plano que lhes é dirigido”.

Penedos considera a indústria da madeira e do mobiliário decisiva para a região, para os trabalhadores e para a economia do país, sublinhando que por tudo isto “é necessário também assegurar um efectivo acesso ao crédito” garantindo, assim, que nas exportações os industriais não corram o risco de falta de pagamento.

Recordou, por outro lado, que a actual crise internacional está a afectar de forma determinante o sector, criando “uma ausência efectiva de garantias”, razão por que “mais do que nunca” se torna vantajoso assegurar a concretização, “em condições favoráveis”, de seguros ao crédito à exportação.

Estas e outras medidas que Artur Penedos anunciou nesta sessão de esclarecimento têm como objectivo, como garantiu o candidato socialista à Câmara Municipal de Paredes, “ajudar as empresas a superar as dificuldades

económicas e financeiras com que se debatem e a contribuir, simultaneamente, para baixar os níveis de desemprego no país”.

Também o secretário de Estado, Castro Guerra, disse comungar da opinião e do projecto de modernização apresentado por Artur Penedos para o concelho de Paredes, realçando, todavia, a “necessidade de internacionalização do sector mobiliário”, para o que defendeu “a participação dos empresários em feiras de prestígio”, dando como exemplo a que se realiza anualmente no norte de Itália, na cidade de Milão.

Para Castro Guerra, se os empresários nacionais do sector tiverem sucesso neste certame, ou em outros de igual importância que têm lugar além-fronteiras, “vão conseguir vencer”, porque finalmente, referiu, estão a visitar “os locais que são efectivamente os verdadeiros centros de negócio”. **R.S.A.**

PRIMEIRO OUTDOOR

DEPOIS do anúncio do seu site <http://www.penedospresidente.com/>, o candidato do PS à Câmara Municipal de Paredes, Artur Penedos, lançou o seu primeiro outdoor. O objectivo é levar aos munícipes a mensagem

“Vamos conseguir”.

Artur Penedos tem por lema “Vamos conseguir” e está confiante que vai conseguir transformar o concelho e dar outro sentido à vida dos paredenses.

Para o conseguir pro-

mete “eliminar o medo, dar aos munícipes a qualidade de vida que merecem e a que têm direito; concretizar o sonho: ser livres de pensar, de agir e de participar na construção de um concelho melhor.

Colocar um ponto final na (des)governança, no caos urbanístico e na desconsideração a que os munícipes estão votados pelo PSD, e deixar respirar as pessoas e encetar um período de mudança do concelho”.



Inaugurada sede de candidatura de Fernanda Asseiceira



DECORREU no passado dia 23 de Maio a inauguração da sede de candidatura de Fernanda Asseiceira em Alcanena.

Entre os presentes contou-se Edite Estrela, que analisou a importância das orientações europeias na política nacional, que, por sua vez, como disse, “se reflectem aos vários níveis na dimensão local”.

A iniciativa contou ainda com a participação de vários responsáveis socialistas, como foi o caso, designadamente, de António Rodrigues, presidente da Câmara

Municipal de Torres Novas.

Na sua intervenção, António Rodrigues destacou o reforço da cooperação entre os dois concelhos vizinhos, Torres Novas e Alcanena, uma marca que mereceu a concordância da candidata socialista a Alcanena, Fernanda Asseiceira, e que vai pôr em prática no futuro da sua governação autárquica.

Fernanda Asseiceira lembrou que a sua sede de candidatura, para além de ser o lugar onde se vão realizar reuniões de trabalho, servirá também como espaço de

debate e de diálogo, e nela deverão igualmente ter lugar, a exemplo do que já sucedeu, cursos e formações para autarcas das diferentes freguesias.

Recorde-se que este novo espaço já serviu para uma acção coordenada pelo deputado à Assembleia da República, João Serrano, destinada aos autarcas das freguesias do município de Alcanena.

Agendada está já a próxima reunião, que terá como convidado o deputado Ramos Preto, que abordará a temática os “Desafios do Poder Local”. R.S.A.

António José Domingues avança para a Câmara Municipal de Ansião

O PS escolheu para cabeça-de-lista à Câmara Municipal de Ansião, no distrito de Leiria, António José Domingues.

Reconhecendo tratar-se de uma tarefa difícil, atendendo aos longos anos que a direita já leva na gestão da autarquia, o candidato socialista nem por isso considera impossível ultrapassar este obstáculo, comprometendo-se a apresentar ao eleitorado um programa credível, sustentado e voltado para as pessoas.

Caso seja eleito, António José Domingues propõe-se criar condições capazes de fixar pessoas no concelho”, um dos maiores problemas com que este município do interior norte do distrito de Leiria se debate.

Mas outras prioridades fazem igualmente parte do seu programa, como seja, por exemplo, a criação de incentivos fiscais e apoios às famílias.

A este propósito o cabeça-de-lista do PS a Ansião considera que



o município “tem alguma margem de manobra” que lhe permitirá reduzir o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e baixar as tarifas de abastecimento de água.

Apoio à natalidade, maior contenção das despesas municipais,

um novo olhar para as políticas de acção social, “tendo em vista o apoio às famílias mais carenciadas”, transformação e reutilização de escolas e de outros edifícios públicos que já não estejam no activo em espaços destinados a centros de competências para famílias que estejam mais desprotegidas no seu dia-a-dia, mas também políticas voltadas para a qualificação do

emprego existente ou a criar no concelho, como forma de ajudar a fixar os jovens no concelho, são outras das medidas que o candidato do PS à Câmara Municipal de Ansião se compromete a prosseguir. R.S.A.

MÁRIO ALMEIDA RECANDIDATA-SE A ÚLTIMO MANDATO EM VILA DO CONDE

APÓS 28 anos à frente dos destinos do município de Vila do Conde, que o catapultaram como um dos autarcas-modelo do PS pela obra desenvolvida, Mário Almeida anunciou que vai recandidatar-se à presidência da autarquia para um último mandato.

Falando num encontro que juntou mais de 400 apoiantes, Mário Almeida explicou que se recandidata pelo facto de “a população, e os autarcas das várias freguesias, terem insistido” na sua continuidade.

O autarca socialista lembrou que sempre recusou “cargos políticos”, frisando que, apesar de ter tido vários convites, “nunca trocou Vila do Conde por nenhum lugar no Governo nem na Assembleia da República”.

Como obras que pretende concretizar nos próximos quatro anos, caso volte a merecer de novo a confiança dos vila-condenses, Mário Almeida apontou o “saneamento básico, complexos desportivos em todas as freguesias do município, hospitais em Touguinhó e Vila do Conde, a esquadra da PSP e postos da GNR”, entre muitos outros projectos em várias áreas que visam aumentar ainda mais a qualidade de vida em Vila do Conde.

Não querendo, para já, revelar os nomes que o vão acompanhar na lista à Câmara, disse que irá anunciar, brevemente, “durante um jantar, toda a equipa” que o vai acompanhar no próximo acto eleitoral.



Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Convenção Autárquica

Consolidada estratégia autárquica para o Sardoal

A CONCELHIA do PS/Sardoal realizou no passado dia 30 de Maio, no Centro Cultural Gil Vicente, uma Convenção Autárquica, durante a qual foi travado um amplo debate sobre o trabalho desenvolvido pelos autarcas eleitos pelo PS.

Na Convenção foi consolidada a estratégia eleitoral que visa devolver aos Sardoal e aos sardoalenses a esperança numa mudança, que permita alterar a política do “mais do mesmo” caracterizada pelo endividamento progressivo, pela gestão de rotinas, pela ausência de qualquer investimento, projecto ou estratégia para o desenvolvimento futuro do Sardoal.

A continuidade desta política, cuja responsabilidade foi imputada exclusivamente ao actual presidente, conduziu a curto prazo ao “enterro” do Sardoal, concluíram os participantes na Convenção, que contou com a presença massiva de militantes do PS/Sardoal, dos vereadores Pedro Duque e Aida Batista, autarcas



das freguesias de Sardoal, Santiago de Montalegre, Alcaravela e Valhascos, deputados municipais, bem como dos candidatos à presidência da Câmara e Assembleia

Municipal de Sardoal, Fernando Vasco e José Maria Mora de Campos, respectivamente.

De salientar ainda que o presidente da Concelhia e actual can-

didato à presidência da Câmara, Fernando Vasco, fez um público agradecimento e reconhecimento ao “difícil trabalho” efectuado pelos todos os autarcas eleitos pelo

PS e em especial aos quatro cabeças-de-lista às juntas de freguesia nas últimas eleições, António Leitão, Elias Louro, Angelino Quintas e Rui Carreira os quais, segundo anunciou, irá “convidar para fazerem parte das listas do PS à Assembleia Municipal, porque o PS, ao contrário de outras personalidades deste concelho, reconhece e não esquece, quem, em seu nome e com a legitimidade que os sardoalenses lhe conferiam, deu o melhor de si, quantas vezes em prejuízo da sua vida e da sua família”.

No final da Convenção foram anunciadas as próximas iniciativas, no âmbito da candidatura do PS à Câmara. Assim, dia 20 de Junho, pelas 15h, no CCGV, realizar-se-á mais uma conferência do PS/Sardoal, subordinada ao tema “Investimento” e no mês de Julho serão apresentados, em cerimónia pública, os restantes candidatos à vereação, assembleia municipal, bem como os quatro candidatos à presidência das juntas de freguesia.

PS CANDIDATA SÉRGIO MOTA À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE MAFRA

“INVERTER os 25 anos de poder PSD” no concelho de Mafra é o objectivo central do candidato do PS à presidência da câmara local, Sérgio Mota, que concorre sob o lema “Acreditar na mudança”

“Se em 2009 não for possível ganhar a câmara queremos iniciar um trabalho para em 2013 o PS assumir essa vitória”, apontou o cabeça-de-lista socialista, recordando que nessa altura devido à lei da limitação de mandatos o actual presidente do município, Ministro dos Santos, do PSD, não se poderá recandidatar.

Sérgio Mota, de 34 anos, adiantou que o PS pretende “reforçar a votação”, sobretudo nas freguesias, perdidas em 2005 para o PSD, em virtude de o PS não ter concorrido a algumas delas.

O candidato do PS elegeu como projectos prioritários da sua candidatura a fixação de jovens ao concelho, assegurando-lhes oportunidades de emprego, a reabilitação e construção de novos centros de saúde, viasndo criar, nomeadamente, melhores condições de saúde para os idosos.

Sérgio Mota é militante do PS, integrando as comissões políticas da Concelhia de Mafra e da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL).

**Paulo Caldas recandidata-se para consolidar o projecto socialista para o Cartaxo**

O ACTUAL presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, Paulo Caldas, vai recandidatar-se a um terceiro mandato nas próximas autárquicas, porque “é preciso dar continuidade e consolidar o projecto em curso”.

Segundo lembrou o camarada Paulo Caldas, cuja recandidatura pelo PS foi oficialmente apresentada no passado dia 15 de Junho, “no actual mandato tínhamos dois objectivos” que estão agora em concretização.

“Consolidar a dívida, na altura de 15 milhões, e avançar com obras de saneamento, cujas ETAR estão prestes a avançar”, recordou.

Quanto às obras participadas pelo Governo como compensação pela não construção do aeroporto na Ota, disse que três desses projectos vão avançar até ao final do mandato, como é o caso do Centro Escolar de Pontével, orçado em 2,5 milhões de euros.

Refira-se que Paulo Caldas, 36 anos, natural de Moçambique, vive no concelho do Cartaxo desde a sua infância.

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em 1994, Paulo Caldas frequentou também a Universidade Erasmo de Roterdão, na Holanda, onde concluiu o curso de pós-graduação em



Desenvolvimento Económico e Empresarial.

O seu percurso académico ficou ainda marcado pela conclusão da vertente curricular do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, no ISEG, em 1995.

No campo profissional, Paulo Caldas alcançou o quadro supe-

rior da Direcção Internacional do Grupo BANIF, tendo suspenso a sua actividade profissional em virtude do exercício das funções autárquicas.

Na Câmara do Cartaxo é presidente desde 2002, tendo sido vice-presidente e vereador nesta autarquia no mandato de 1998-2001.

Fonseca Ferreira avança por Palmela



A COMISSÃO Política Concelhia de Palmela deliberou por unanimidade apresentar a candidatura de Fonseca Ferreira à presidência da Câmara Municipal de Palmela, uma decisão, aliás, que mereceu o acordo e a saudação da Federação do PS/Setúbal.

Refira-se que Fonseca Ferreira exerceu múltiplas funções de alta responsabilidade na Câmara Municipal de Lisboa, no Fundo de Fomento de Habitação e na Comissão de Coordenação e Desenvol-

vimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sendo seu presidente e gestor do Programa Operacional Regional desde 1998.

Licenciado em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e doutorado pela Escola Prática de Altos Estudos de Paris, é ainda professor auxiliar convidado do ISCTE e na Universidade Atlântica.

Mercê da formação académica e da experiência em funções de alta responsabilidade, tem sido chamado a exercer

docência em domínios que vão do planeamento estratégico territorial, à habitação, passando pela sociologia urbana aos usos e apropriação do alojamento.

É um conhecido e prestigiado dirigente do PS, que nos dois últimos Congressos Nacionais foi o primeiro subscritor de moções de orientação política geral, sendo membro das comissões Nacional e Política, o camarada que agora aceita o desafio de ser o próximo presidente da Câmara de Palmela.

Federação de Setúbal promove debates sobre o futuro do país

A FEDERAÇÃO de Setúbal do Partido Socialista quer conhecer a opinião dos seus militantes sobre a actual situação do PS e sobre o futuro de Portugal. Para isso, convidou-os, através de e-mail, a reflectirem e a darem a conhecer as suas opiniões em espaços de debate que serão promovidos por esta estrutura distrital do partido.

A informação foi adiantada pelo líder dos socialistas sadinos, Vítor Ramalho, numa ocasião em que também anunciou que o PS/

Setúbal vai organizar uma série de conferências sobre combate à crise, a primeira das quais no dia 27 de Junho.

Esta iniciativa, a ter lugar no Instituto Português da Juventude de Setúbal num encontro denominado “Encontro de gerações” contará – disse o dirigente – com a participação do antigo Presidente da República Mário Soares, além de Joana Amaral Dias e de Pedro Adão Silva.

Até 15 Julho, o presidente da Federação de Setúbal

do PS vai ainda organizar um debate sobre “O mundo do trabalho” com elementos ligados à UGT e à CGTP IN, e um encontro denominado “Ouvir a experiência dos mais velhos”, para o qual foram convidados personalidades socialistas que tiveram um papel relevante no distrito de Setúbal.

“Neste momento, é importantíssima uma atitude do PS de abertura à sociedade. O nosso partido deve esforçar-se por ouvir as pessoas”, explicou Vítor Ramalho.



As palavras que não te disse...

NUNCA me imaginei a escrever estas linhas. Nunca imaginamos, porque não faz parte do nosso imaginário escrever sobre a perda de um amigo, porque nunca acreditamos que os nossos amigos partam primeiro que nós.

Infelizmente há acontecimentos que não controlamos e, muitas vezes, somos confrontados com realidades que nunca imaginámos acontecerem. Assim foi quando, no passado dia 5, recebi no silêncio da madrugada um sms informando que um amigo tinha caído no seu posto de combate. Nada mais honroso para um combatente do que a morte no seu posto. Nada mais desconcertante para um amigo do que a partida de um camarada. O Humberto Daniel partiu do nosso convívio quotidiano de forma abrupta e célere, deixando-nos um vazio imenso. Camarada de várias lutas, de muitos anos de combate e quantas vezes de voluntárias disputas que o deixavam consumido num argumentário franco, aberto e, frequentemente, solitário.

Esse jeito de participar nas coisas, de se assumir nos pleitos mais dolorosos, faziam-no um militante de grande qualidade, de grande valor. Pena é que nem sempre esse valor e essa entrega às causas que abraçava tivesse sido reconhecido, mas o seu exemplo, pelo menos para os que com ele privaram mais de perto, será certamente motivo de referência, que não se perderá na memória.

O Humberto Daniel desempenhou diversos cargos sempre com um grande espírito de missão, quer fossem cargos partidários, onde foi dirigente local, distrital e nacional, quer no exercício da sua actividade como autarca ou associativista convicto. Tive oportunidade de acompanhar a sua actividade, umas vezes mais de perto, outras com maior distanciamento, mas sempre com a convicção de que o Humberto tudo fazia para fazer o melhor e fazer o que acreditava que fosse melhor para o colectivo a que pertencia. O Humberto ou o Betinho, como alguns amigos o tratavam carinhosamente, era um camarada de convicções e de uma escola que centrava muitas das suas preocupações na afirmação ideológica dos projectos que defendia e ajudava a desenvolver. Passávamos horas de discussão franca e aberta. Mesmo nas alturas em que as divergências eram insanáveis, porque houve alturas em que os caminhos foram divergentes, nunca esvaneceu a amizade e a solidariedade. Afinal, tínhamos tido a mesma escola, tínhamos aprendido que a Liberdade e o Socialismo Democrático não são só palavras para usar nos discursos, ou conceitos para acenar como uma cenoura a qualquer coelho faminto, na conquista de apoios ou votos, são valores ideológicos, dos quais sei que nunca te afastaste.

Humberto,

A atitude, a postura, a generosidade fazem de pequenas coisas grandes momentos na vida das pessoas, e foi aí que partilhaste com os outros, mais do que com a tua própria família, a tua vida. E, esse é, também, um terrível exemplo de abnegação e de vida para todos nós. Essa é, certamente, a faceta mais dolorosa para um combatente como tu. Mas, como podia ser diferente o teu caminho se esse era o contributo da imensa coragem com que assumias a acção política.

Não há palavras para homenagear o Homem que em vida não demos a importância que merecia, mas esse é outro dos limites que nós, seres humanos e mortais, temos perante a vida. Penso que a melhor homenagem que tiveste foi a tua própria lição de vida, ao finares-te no terreno de combate, sempre polemizando os assuntos em que te envolvias e lutando por aquilo em que acreditavas. Mas, se isto é verdade, mais justo é uma palavra para os teus filhos, a Ana Sara e o Luís, porque foram sempre eles que pagaram a factura mais alta do altruísmo do pai, porque foram eles sempre que tiveram de partilhar o seu Pai com uma infinidade de gente que não conheciam mas que, invariavelmente, participaram nas suas vidas. Que exemplo de coragem, que bondade demonstram para terem aguentado os desafios e não terem vergado.

Bem Hajam! Pelo vosso exemplo!

Não posso, por isso, e porque os conheço desde o seu nascimento, deixar de dizer aos teus filhos, a Ana Sara e o Luís, que tiveram uma imensa coragem em suportarem essa partilha permanente do Pai com os outros, mas, também, transmitir-lhes que o exemplo de vida do vosso Pai é um exemplo para a minha geração e, será certamente para as gerações vindouras. A eles e ao irmão que germina no corpo da tua esposa, um reconhecido Obrigado! Eles, mais do que ninguém sentirão a perda, o conforto da nossa solidariedade presente, para que o mundo se torne cada vez melhor.

A ti, meu bom amigo, só posso dizer que o silêncio é o mais difícil de suportar, e que saudades daquelas intermináveis discussões que não serviam para nada, a não ser para mantermos uma saudável presença no combate.

Que o teu exemplo sirva para muitos dos jovens e dos responsáveis políticos, referenciarem na busca de novos modelos de participação e de militância.

Bem hajam Humberto, pelo teu exemplo, pela tua tenacidade, pela tua coragem!

Setúbal, 15 de Junho de 2009

Mário Cristóvão



OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

LER OS SINAIS

O PS perdeu as eleições europeias. Temos de fazer dessa derrota um estímulo para os combates que se avizinham. A história ensina-nos que quem ganha a guerra é quem melhor percebe porque perdeu a batalha.

Nestas eleições cerca de dois terços dos eleitores abstiveram-se. Dos que votaram, mais de 11% entregaram o seu voto a pequenos partidos ou votaram branco ou nulo. A disputa dos lugares no Parlamento Europeu foi travada em torno das escolhas de cerca de 30% dos portugueses com capacidade eleitoral. Uma larga percentagem de eleitores socialistas não foi às urnas ou indo, votou branco, nulo ou em movimentos emergentes. Este é um sinal que não pode ser desprezado, para que perdendo uma batalha isso não afecte a vitória na guerra que é a renovação duma maioria absoluta para governar nas próximas legislativas. Uma vitória possível e desejável para o país.

Escrevo este texto no próprio dia das eleições, encerrada a contagem oficial. Faço-o porque não quero que a frieza da análise seja contaminada pela sofisticação das muitas lei-

Além de erros e percalços sempre normais numa campanha, foi sobretudo uma postura de distância, necessária mas excessiva, que nos conduziu ao resultado menos auspicioso

turas que entretanto surgirão. Acho que para além de erros e percalços sempre normais numa campanha, foi sobretudo uma postura de distância, necessária mas excessiva, que nos conduziu ao resultado menos auspicioso.

Falar e mostrar o Portugal positivo é fundamental, mas não pode ser feito apenas dos palanques ou das sessões oficiais. A esperança tem que ser levada por cada um de nós, porta à porta a todas as pessoas, sobretudo àquelas que mais sofrem com a actual crise.

Entendo o sentido do voto dos portugueses nestas eleições europeias como um sinal. Um sinal claro, não de desejo duma alternativa, mas de procura duma nova forma de afirmação do PS e das suas políticas. Uma afirmação de proximidade. Com as redes sociais e com as campanhas baseadas na afectividade e no contacto directo com as pessoas.

Uma afectividade e uma presença de que o secretário-geral do PS tem sido exemplo e que todos os socialistas têm que complementar no seu trabalho político quotidiano. Se assim fizerem, esta derrota na batalha das europeias ficará na história apenas como a lição que nos conduziu a uma vitória nas legislativas e à renovação duma maioria absoluta para continuar a modernizar Portugal.

J. C. CASTELO BRANCO

APESAR de nas europeias ter sofrido uma derrota eleitoral, devido aos efeitos da crise económica mundial que criaram “um certo desalento” entre os portugueses e também ao natural “desgaste provocado pelas reformas corajosas, ásperas, mas necessárias” levadas a cabo pelo Governo, o PS está empenhado em alcançar uma maioria parlamentar nas próximas eleições legislativas, que lhe permita governar sozinho com um programa modernizador e ambicioso para o país, afirmou, no dia 15, o secretário-geral, José Sócrates, na reunião da Comissão Política, onde criticou a “leitura abusiva” que a oposição fez das eleições europeias.

“O que acho abusivo é as oposições transformarem aquilo que foram eleições europeias, em que se perguntou aos portugueses que deputados é que querem ter no Parlamento Europeu, em eleições legislativas”, disse.

Segundo José Sócrates, é preciso que o PS dê sinais de “humildade e compreensão” de quem compreendeu os resultados das eleições europeias, sendo necessário “um esforço redobrado de diálogo e conciliação”, já que, frisou, “é preciso devolver sentido de esperança aos portugueses”.

Como estratégia política para os próximos três meses, o líder socialista considerou ser “fundamental defender o que fizemos no Governo, em favor do país”, e, frisou, “vou defender as reformas feitas e os resultados alcançados”.



Vieira da Silva - Organização da campanha



António Vitorino - Coordenador do programa eleitoral



João Tiago Silveira - Porta-voz do PS



Sócrates considerou que “o Governo do PS agiu com coragem, competência e rigor para resolver a crise orçamental, pondo as contas públicas em ordem e assegurando a sustentabilidade da Segurança Social pública”.

O Executivo, prosseguiu, “teve a visão para realizar as reformas que eram necessárias para a modernização do país”, defendendo a obra feita na educação, na área social, no domínio das novas tecnologias e na aposta nas energias renováveis.

O líder socialista sustentou ainda que, nas próximas eleições legislativas, é “cada vez mais evidente” que a questão que se vai colocar “é que primeiro-ministro é que os portugueses querem”, salientando que o PS se deve

empenhar “na construção de uma solução política que enfrente a crise”.

Sócrates realçou ser necessário preparar, desde já, o programa eleitoral, “com uma visão do PS sobre o futuro do país”, em que as palavras-chave sejam a “modernização e ambição” acrescentando que é preciso que o nosso partido se afirme ainda de forma mais empenhada “no combate às desigualdades em todos os domínios” e reforce “o diálogo social”.

No fundo, frisou, “é preciso afirmar o PS como o Governo da esquerda democrática”, sintetizando que para os próximos três meses a estratégia “é recuperar a iniciativa política, compreender a mensagem das europeias, defender as reformas e o rumo da

governança e agir com sensibilidade social”.

Sócrates considerou ainda de “puro oportunismo descarado” a apresentação da moção de censura agendada para dia 17 ao Governo pelo CDS/PP.

Na reunião da Comissão Política, que durou mais de quatro horas, e na qual participaram activamente muitos dos seus membros que produziram variadas intervenções sobre a actualidade política, José Sócrates anunciou ainda que António Vitorino vai coordenar o programa do PS às próximas legislativas, o ministro Vieira da Silva será o responsável pela organização da campanha eleitoral e o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, será o novo porta-voz socialista.

Acção SocialistaÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialistawww.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa